



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

LEILSON BARROS OLIVEIRA

#ChequeiEnsinoMédio:
EDUCAÇÃO E TRABALHO
DESAFIOS DE UMA AÇÃO DE INTEGRAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES
DA GERAÇÃO NEM-NEM (2017-2018)

CRATO-CE

2019

LEILSON BARROS OLIVEIRA

#ChequeiEnsinoMédio:
EDUCAÇÃO E TRABALHO
DESAFIOS DE UMA AÇÃO DE INTEGRAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES
DA GERAÇÃO NEM-NEM (2017-2018)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Profa Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz

CRATO-CE

2019

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva CRB 3/1000

Oliveira, Leilson Barros.

O48c Cheguei Ensino Médio: educação e trabalho desafios de uma ação de integração e as implicações da geração Nem-Nem (2017-2018)/ Leilson Barros Oliveira. – Crato-CE, 2019
89p.; il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA
Orientadora: Prof.^a Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz.

1. Educação, 2. Juventude, 3. Ensino Médio, 4. Geração nem-nem.
I. Título.

CDD: 373



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

LEILSON BARROS OLIVEIRA

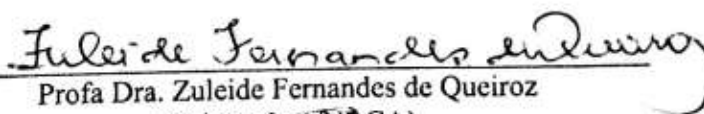
#ChegueiEnsinoMédio:
EDUCAÇÃO E TRABALHO
DESAFIOS DE UMA AÇÃO DE INTEGRAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES
DA GERAÇÃO NEM-NEM (2017-2018)

Área de Concentração: Educação

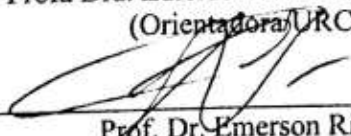
Linha de Pesquisa: Formação de professores, currículo e ensino.

Data de Aprovação: 05/07/2019

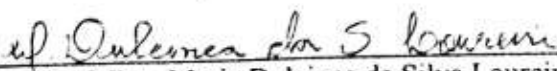
Banca Examinadora:



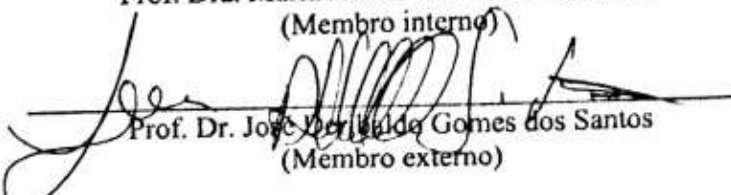
Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
(Orientadora URCA)



Prof. Dr. Emerson Ribeiro
(Membro interno)



Prof. Dra. Maria Dulcinea da Silva Loureiro
(Membro interno)



Prof. Dr. José Valde Gomes dos Santos
(Membro externo)

DEDICATÓRIA

Aos esforços daqueles que ainda acreditam que através da educação poderemos transformar a realidade do nosso país e as realidades dos nossos jovens.

AGRADECIMENTOS

Em meio a tantos desafios quanto à inserção na pós-graduação, me sinto agraciado por essa oportunidade de usufruir de tamanha riqueza, quanto à experiência de desenvolver ciência, experimentar vivências e construir vínculos que me fazem olhar para a educação de uma maneira com a qual não enxergava antes. Hoje sou um profissional diferente daquele que entrou há dois anos, pois tive a possibilidade de ressignificar o espaço do qual faço parte enquanto docente, me tornando um profissional que percebe suas práticas e a importância dada à educação.

À minha orientadora, Zuleide Queiroz, que me deu a oportunidade de compartilhar meu projeto e poder ter um exemplo de pesquisadora e ativista, que não mede esforços para lutar pelo que acredita, unindo militância à construção do pensamento científico, mostrando que é possível fazer diferente a partir das nossas práticas. Um exemplo de profissional e cidadã. Fico lisonjeado em ter recebido suas orientações.

Registro também aos meus amigos e amigas o afeto construído ao longo desse mestrado. Para além de compartilhar uma sala, compartilhamos sorrisos, anseios, dores, desafios, conquistas, medos, abraços, lágrimas. A palavra que resume é SENTIR. Só nossas sensações que poderão transmitir o que vivemos durante esse programa de pós-graduação. Destaco algumas pessoas que pude compartilhar mais de perto esses sentimentos. Ao grupo do “Besterol Hermenêutico”, que me deram força e palavras de incentivo quando precisei. A Alice, Ítalo, Rebeca, Maria Belo, Kátia e Osvaldo, vocês foram o apoio nos momentos mais complicados dessa caminhada, muito obrigado por me acolherem. Não posso deixar de agradecer a Osvaldo pelos momentos de incentivo, palavras, auxílio, conversas e muitas risadas, obrigado meu amigo pela parceria na pesquisa sobre escola profissional, você é uma inspiração. A Talita que sempre me acolhe em seu lar, onde me sinto aconchegado, como também a Jakeline que compartilhou o seu cantinho e sua alegria comigo.

A todos que fazem parte da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, desde os colegas de trabalho que sempre incentivaram e reconheceram o esforço de trabalhar e dar continuidade a minha formação. A diretora Eriglécia Matias que me possibilitou conciliar o trabalho com minha pós-graduação, sempre apoiando e valorizando aqueles que fazem parte de sua equipe. Agradeço a todos e todas que fazem parte dessa instituição.

Aos amigos, que me aguentaram mesmo dando desculpas pela minha ausência durante esse período, respeitando, apoiando e reconhecendo o quanto essa formação é importante para mim. A Ana Stefânia, Lucas e Keidiane que sempre estão juntos comigo, como também o apoio de Orjana e Rebeca que sempre veem nossas lamentações. Obrigado pelo carinho.

À minha família que sempre me incentiva e apoia nos projetos que idealizo. Nunca tive obstáculos quanto às minhas escolhas, pois sempre estão comigo. Aos meus pais que são a base para meu equilíbrio, Luiza e Bastião. Ao meu irmão Lândio e grande amigo que sempre me acolhe e me dá força para continuar, que junto à minha cunhada Doralice, sempre demonstra o valor verdadeiro de família, cuidando e amando minhas sobrinhas, que são motivos para eu lutar por dias melhores. Às minhas tias e tios, primas e afilhadas, que sempre entenderam quando eu precisei estar ausente. Ao meu companheiro, Vinícius, pois sem seu

apoio diário teria sido mais difícil essa caminhada. Meu reconhecimento à sua paciência, ao seu carinho, à sua dedicação e cuidado comigo. Obrigado por fazer parte da minha vida.

Por fim, reconheço que faltam palavras e memória para colocar cada pessoa que contribuiu com essa meta. Cada dia vivido dessa experiência foi na tentativa de contribuir com o desenvolvimento científico da educação no nosso país. Mais do que formar cientistas, seguimos na luta de formar seres humanos melhores.

RESUMO

De acordo com o Plano Nacional de Educação, as metas para matrícula no ensino médio aumentaram de até 50%, do PNE 2001 – 2010, para até 85%, no decênio, 2014 – 2024. No estado de Ceará, esta política de expansão foi confirmada em seu Plano Estadual, bem como acrescida da proposta de ensino integral e criação de escolas profissionalizantes. Todas estas ações visam responder ao aumento da demanda de alunos oriundos da política instituída pelos mesmos planos, no que diz respeito à meta de 100% de matrículas para os alunos do ensino fundamental. Porém, nos últimos dois anos, assiste-se a uma queda no número de matrículas para o ensino médio, bem como o fechamento de escolas neste nível de ensino no estado do Ceará. Neste cenário, uma das afirmações diz do surgimento de uma geração que tem ganhado um status de “Geração Nem-Nem”, ou seja, uma geração de adolescentes e jovens que não estão nos ambientes educacionais, em sua amplitude – Ensino Básico, Cursos Técnicos, etc. – e não adentraram no mercado de trabalho, sendo considerados aqueles que – *nem estudam, nem trabalham*. Uma das ações implementadas pelo governo estadual do Ceará, para diminuir este problema foi a criação do Projeto **#ChegueiEnsinoMédio**, com o objetivo de reduzir os índices de evasão, bem como o incremento e inserção no ensino médio da rede pública estadual do Ceará. As questões que norteiam o estudo são: quem são estes adolescentes e jovens? Qual o número de alunos que concluíram o ensino fundamental – 9º ano, em 2016 - 2017 e o número de matriculados nos anos de 2017 – 2018, nas escolas de ensino médio no Ceará? O que está acontecendo com a vida destes sujeitos neste momento de transição? Neste sentido, o estudo tem por objetivo geral: Analisar os impactos que o Projeto intitulado **#ChegueiEnsinoMédio** vem realizando nas escolas de ensino médio para inserção e continuidade dos alunos neste nível de ensino, em escolas da rede pública estadual do Ceará, na cidade de Iguatu-CE. Os objetivos específicos são: identificar os dados obtidos com a matrícula de 2017 – 2018, nas escolas de Ensino Médio que desenvolveram o Projeto; comparar a matrícula do ensino médio de 2016 - 2017 com o número da procura após a proposta do Projeto; e acompanhar o desenvolvimento do Projeto em 2017 - 2018. A pesquisa de base qualitativa e quantitativa toma o estudo de caso como possibilidade metodológica de analisar a referida ação governamental junto a uma comunidade educacional. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro na cidade de Iguatu no Estado do Ceará. O referencial teórico se constitui no estudo sobre o debate acerca do ensino médio no Brasil, sua implantação e entendimento da história do tempo presente, bem como o estudo da categoria juventude, para compreender como a realidade é construída socialmente e entendida a partir das interpretações realizadas sobre os fenômenos observados, sabendo que a realidade não é única e se torna passível a várias interpretações. Compreende-se que a problemática que surge entre demandas políticas e a realidade educacional vivenciada são questões mais amplas e desafiadoras a serem analisadas em nosso tempo. Os resultados da pesquisa permitiram perceber que essa geração vem em uma crescente e a cada dia se torna mais desafiador criar estratégias que possibilitem trabalhar essa dinâmica das juventudes e suas problemáticas quanto à educação e a inserção no mercado de trabalho. Concluímos que se faz necessário estabelecer políticas públicas educacionais no intuito de combater a crescente taxa de evasão entre esses jovens, que vivem em uma situação geracional desfavorável à permanência na escola e à inserção ao mercado de trabalho, percebendo que as ações devem começar no ambiente escolar para que possa refletir em outros espaços.

Palavras-chave: Educação; Juventude; Ensino Médio; Geração nem-nem.

ABSTRACT

In accordance with the National Plan of Education, the marks for enrollment in the secondary education increased of even 50 %, of the PNE 2001 – 2010, for even 85 %, in the decennium, 2014 – 2024. In the state of Ceará, this expansion politics was confirmed in his State Plan, as well as added of the proposal of integral teaching and creation of vocational schools. All these actions aim to respond to the increase of the demand of pupils originating from the politics established by the same plans, what concerns the mark of 100 % of enrollment for the pupils of the basic teaching. However, in the last two years, one assists a fall in the number of enrollment for the secondary education, as well as the schools closure in this teaching level in the state of the Ceará. In this scenery, one of the affirmations says of the appearance of a generation that he has been gaining a status of “Generation Not even Not even”, in other words, a generation of adolescents and young persons who are not in the education environments, in his amplitude – Basic Teaching, Technical Courses, etc. – and they did not enter in the labor market, being thought those who – do not even study, they do nor work. One of the actions implemented by the state government of the Ceará, to reduce this problem it went to creation of the Project #ChegueiEnsinoMédio, with the objective to reduce the escape rates, as well as the growth and insertion in the secondary education of the state public net of the Ceará. The questions that orientate the study are: who are these adolescents and young persons? Which the number of pupils who ended the basic teaching – 9th year, in 2016 - 2017 and the number when of 2018 was enroled in the years of 2017 – in the schools of secondary education in the Ceará? What is happening with the life of these subjects in this moment of transition? In this sense, the study has for general objective: To analyse the impacts that the entitled Project #ChegueiEnsinoMédio is carrying out in the schools of secondary education for insertion and continuity of the pupils in this level of teaching, in schools of the state public net of the Ceará, in the city of Iguatu-CE. The specific objectives are: to identify the data obtained with the enrollment of 2017 – 2018, in the schools of Secondary education that developed the Project; to compare the enrollment of the secondary education of 2016 - 2017 with the number of the search after the proposal of the Project; and to accompany the development of the Project in 2017 - 2018. The inquiry of qualitative base and quantitative seizure the case study as possibility metodológica of analysing the above-mentioned government action near an education community. The inquiry was developed in the State School of Professional Education Lucas Emmanuel Lima Pinheiro in the city of Iguatu in the State of the Ceará. The theoretical referential system is the study on the discussion about the secondary education in Brazil, his introduction and understanding of the history of the present time, as well as the study of the category youth, to understand like the reality it is built socially and understood from the interpretations carried out on the observed phenomena, knowing that the reality is not only and it becomes susceptible to several interpretations. It is understood that the problematics that appears between political demands and the survived education reality there are more spacious and challenging questions to be analysed in our time. The results of the inquiry allowed to realize that this generation comes in the growing one and to each day it is made more challenging to create strategies that make possible to work dynamic that one of the juventudes and his problems as for the education and the insertion in the labor market. We end what makes necessary to itself to establish education public policies in the intention of fighting the growing escape tax between these young persons, who live in a situation geracional unfavorable to the permanence in the school and to the insertion to the labor market, realizing that the actions must begin in the school environment so that it can think about other spaces.

Keywords: Education; Youth; Secondary education; Generation not even not even.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1	15
Gráfico 2	51
Gráfico 3	52
Gráfico 4	71
Gráfico 5	71
Gráfico 6	73
Gráfico 7	74
Tabela 1	18
Tabela 2	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EAA – Escolas de Aprendizizes Artífices
EAF – Escolas Agrotécnicas Federais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional
ETF – Escolas Técnicas Federais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC – Ministério da Educação
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SEDUC/CE – Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar
TESE – Tecnologia Empresarial Sócio-educacional
TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Estado da arte: uma análise breve.....	17
2. INDUSTRIALMENTE EDUCADOS: IMPLICAÇÕES PRÉ-MODERNAS DA EDUCAÇÃO.....	22
2.1. A educação como proposta emancipadora.....	24
2.2. A educação profissional e seus desafios.	28
2.3. A educação profissional no Ceará.....	33
2.4. A educação profissional no contexto do ensino médio.....	37
3. JUVENTUDE E TRABALHO: IMPLICAÇÕES SOBRE A GERAÇÃO NEM-NEM.....	43
4 . A GERAÇÃO NEM – NEM EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DE DADOS.....	54
5. CONSTRUÇÃO DO PRODUTO FINAL.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	79
ANEXOS.....	83

1. INTRODUÇÃO

Para que se possa conhecer o contexto educacional das instituições é necessário à inserção no ambiente escolar. Essa inserção se dá pelo processo de pesquisa e entendimento sobre o que será desenvolvido enquanto investigação das instituições e seus sujeitos. Com isso, levantar questionamentos sobre a estrutura e funcionamento da escola se torna o fator principal para o início da investigação acerca dos problemas enfrentados para manter o adolescente/jovem nesses espaços.

Compreendemos que a definição da fase de “adolescente” é designada pelos profissionais da psicologia, que buscam fazer essa compreensão levando em consideração a idade, como também, alguns acabam por defini-la de acordo com processo de maturidade. Será considerada a definição sobre a fase que compreende dos 12 (doze) aos 18 (dezoito) anos de idade.

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo consequências para ele próprio e para a manutenção da coesão social. (ABRAMO, 1997, p. 29)

Cada escola tende a um modelo educacional diferenciado, mesmo sendo baseadas nas mesmas leis que regem a base e o seu funcionamento, todas têm suas especificidades e uma vivência educacional diferenciada. Discutir a estrutura e o funcionamento da Educação Básica faz parte da construção de um diagnóstico e da implementação de estratégias que ajudem a diminuir os índices de adolescentes que não estão na escola

[...] a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas uma “instituição social” um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias a vida, o lugar onde vivem a crença, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e alegrias profundas de sua natureza [...]. Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganizá-la, como um organismo maleável e vivo, aparelhado de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação [...] (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, apud VIEIRA, 2002, p. 17)

No decorrer dos anos, toda mudança na vida em sociedade reflete na formação educacional. Sempre que a sociedade se depara com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas formas de ensino são cobradas na escola. As relações estabelecidas na sociedade formam a base para a construção do conhecimento. Nossa primeira “escola” é a vida em sociedade. Somos moldados para que possamos seguir costumes, obedecer às leis, e construirmos valores. Tudo isso reflete na escola, pois, esse é um ambiente de socialização onde há mistura de etnias, crenças, valores e costumes. É na escola que o processo de emancipação humana ganha forma e possibilita novos olhares que antes eram de estranhamento e passam a buscar uma relativização.

Ao longo do tempo a função social da escola passou por adaptações, sendo elas vinculadas a momentos históricos, à cultura e às diversidades e especificidade dos povos, isso porque cada sociedade cria suas formas de educação e escolarização, influenciada por um sistema que molda e controla essas instituições. Todo processo de construção sociopolítica está relacionado com o passado que interfere diretamente na estrutura estruturante atual. A educação não é diferente, todos os projetos que envolvem o crescimento educacional de um país são baseados nos atrasos do passado e nas perspectivas futuras, além das heranças culturais que devem ser tratadas e estudadas no ambiente escolar.

Por isso, a importância de identificar o que leva uma geração que deveria estar aproveitando os avanços e conquistas de lutas passadas, ganha um status de “Geração Nem-Nem”, ou seja, não estão nos ambientes educacionais institucionalizados – Ensino Básico, Cursos Técnicos, etc. – e não adentraram no mercado de trabalho, no que diz respeito à formalidade desse setor.

O processo educacional no Brasil foi tardio. A escola é responsável por possibilitar o acesso a sistematização dos conhecimentos previamente construídos. A educação, por sua vez, possibilita conhecer a riqueza material e espiritual, socialmente produzidas. Quando houve um reflexo da revolução industrial no país, que promoveu mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais, a escola passou a ser um espaço de modernização e desenvolvimento nacional apoiada nas políticas tecnicistas da época. Assim afirma Saviani,

O Brasil foi retardando essa iniciativa e, com isso, foi acumulando um déficit histórico imenso no campo educacional, em contraste com os países que instalaram os respectivos sistemas nacionais de ensino não apenas na Europa, mas também na América Latina, como o ilustram os casos da Argentina, Chile e Uruguai. (SAVIANI, 2007, p. 215)

A educação é voltada à emancipação do ser humano, assim a escola teria a função de mediar esse processo, porém ela assume um caráter mecânico que não interliga o que se aprende na escola com o processo emancipatório que a educação pode promover. Tudo isso é consolidado através da convivência e da ação concreta dos participantes desse processo. Para a construção do ambiente escolar, desde a matriz curricular até as práticas metodológicas, entender que o processo histórico de formação do Estado brasileiro influencia na realidade enfrentada pela educação, é perceber a influência de uma ideologia dominante que gera exclusão e nega o acesso a uma educação de qualidade. Formar “cidadãos adestrados” para o mercado de trabalho, não é formar indivíduos críticos a realidade em que estão inseridos e sim ajudar na manutenção do poder que se mantém nas mãos dos detentores dos meios de produção.

[...] o homem esteja previamente constituído como ser possuindo propriedades que lhe permitem trabalhar e educar. Pressupõe-se, portanto, uma definição de homem que indique em que ele consiste, isto é, sua característica essencial a partir da qual se possa explicar o trabalho e a educação como atributos do homem. E, nesse caso, fica aberta a possibilidade de que trabalho e educação sejam considerados atributos essenciais do homem, ou acidentais. (SAVIANI, 2007, p. 153)

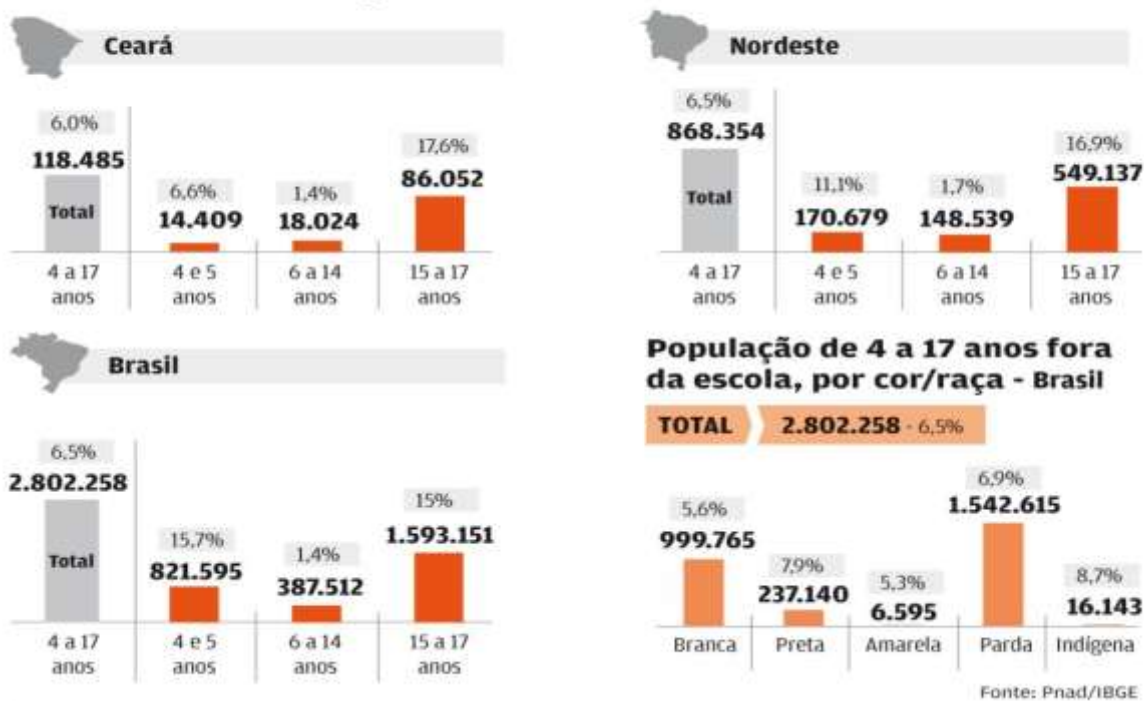
Em virtude dessas dificuldades enfrentadas no que se refere à educação e à permanência dos adolescentes na escola e o embate para a formação de mão de obra para o mercado, tornar o ambiente escolar mais atrativo, se torna um desafio cada vez maior. Em virtude disso, o Governo do Estado do Ceará lança a *hashtag* *cheguei ensino médio*, **#ChegueiEnsinoMédio**, visando incentivar e preparar os alunos que saem do ensino fundamental da rede municipal para adentrar no ensino médio da rede estadual. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações aplicadas aos alunos que concluíram o 9º ano e foi realizada nas escolas do Estado no mês de fevereiro de 2017.

Dados mostram um índice elevado de adolescentes fora da escola sem registro de matrícula na rede pública.

Mais de 118 mil crianças e adolescentes cearenses entre 4 e 17 anos estão fora da escola. O dado vem de suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Conforme a pesquisa, a maior exclusão ocorre na faixa etária de 15 a 17 anos, em todo o Brasil, com 1,59 milhão (57%) de excluídos do espaço escolar. No Ceará, neste intervalo de idade, são 86.052 jovens fora da escola. Estado tem 14.409 excluídos de 4 e 5 anos; e 18.024 crianças e adolescentes entre 6 a 14 nesta condição. (Fonte: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/no-ceara-118-mil-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola.html>)

GRÁFICO 1

Crianças e adolescentes fora da escola por faixa etária



FONTE: Pnad/IBGE

Com isso o governo levantou o seguinte questionamento: Onde estão esses adolescentes? Partindo do pressuposto de que eles deveriam sair do ensino fundamental e buscar ingressar no ensino médio, algo faz com que esses adolescentes encerrem sua vida educacional precocemente.

Visando identificar esse problema o Estado com essa iniciativa busca aproximar-se dos Municípios e criar vínculos que já estavam fragilizados desde que cada esfera ficou responsável por níveis diferentes de ensino. Porém, há uma inquietação que problematiza tal medida que interfere diretamente em uma realidade que assombra a educação do Estado. O problema é referente à continuidade desse projeto e até que ponto a eficácia dessa mobilização iniciada no mês de fevereiro de 2017, irá impactar nos índices de matrícula para os próximos anos do ensino médio da rede pública estadual do Ceará.

Com as mudanças que aconteceram como a aprovação da Reforma do Ensino Médio, que visa à integralização do ensino focando na formação dos estudantes, mas que fragiliza ainda mais o ensino público e fortalece a privatização do ensino médio com modelos

elaborados por instituições que ao longo da história da educação no nosso país, não visam a qualidade e a criticidade no ensino público, focando nos interesses do capitalismo que vem sofrendo fortes crises desde os impactos ocorridos em 2008. É possível perceber que os avanços em relação ao aumento de estudantes da rede pública de ensino básico no ensino superior público e privado podem ser ameaçados porque passamos novamente a alimentar um mercado com mão de obra barata e precária, que só favorece ao empregador, colocando de lado a principal personagem desse processo, os nossos adolescentes. (SANTOS; DIOGENES; REIS, 2012)

A referência para o estudo foi a cidade de Iguatu que se localiza na Região Centro-Sul do Estado do Ceará e pertence a 16ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 16. A CREDE coordena a ação de 8 (oito) escolas de ensino médio da rede pública e após desfeitas várias nucleações no município, existem 22 (vinte e duas) escolas que estão ofertando o 9º ano na zona urbana e rural.

A utilização de uma expressão contemporânea das redes sociais dá uma conotação de propaganda e visa adentrar nas novas formas de criar relações na era tecnológica. Assim, mostra que há uma aproximação com a realidade vivida pela maioria desses adolescentes. É perceptível que o sentimento de pertença e a busca por uma identidade, tornam cada vez mais a escola um espaço “desinteressante”.

A imagem da escola pública, hoje, está extremamente alterada pelas próprias condições do exercício do que seria a educação: o acesso à leitura e à escrita e às abstrações matemáticas para ler os códigos do mundo, para conhecer os fundamentos sociais e científico-tecnológicos dos fenômenos que produzem a vida e a morte, a criação e a destruição presentes em todas as culturas e nas artes. (CIAVATTA, 2005, p. 10)

É nítida a forma com que a educação é influenciada a partir das necessidades criadas por cada geração. A ideia da necessidade de se inserir cada vez mais cedo no mercado de trabalho, deixa caminhos a serem seguidos e levados em consideração no decorrer dessa pesquisa.

Então, pensar sobre essa causa e efeito no ensino médio da rede pública do Estado do Ceará a partir dessa proposta, é analisar até que ponto se torna uma propaganda que acaba por finalizar em seu próprio surgimento e as ações que de fato servirão como suporte para superar o abandono dos adolescentes após concluírem o ensino fundamental.

Desde a inserção no nível superior, no curso de Ciências Sociais na Universidade Regional do Cariri, o meu caminho foi me direcionando para a formação enquanto professor. Por optar pela licenciatura, a educação sempre me chamou a atenção e fez com que pudesse

buscar um aprofundamento. Os estágios na graduação já foram despertando o ser professor que existia em mim, sendo assim, pude confirmar essa empatia ao terminar a graduação buscando em um Trabalho de Conclusão de Curso, analisar o ensino de sociologia no ensino médio, como também, estratégias para trabalhar temáticas da área através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's no ensino fundamental.

Sempre busquei não separar o ser professor do ser pesquisador. Comecei a lecionar sociologia na rede pública estadual do estado do Ceará em 2012, e ao mesmo tempo, busquei desenvolver projetos científicos para promover a iniciação científica com meus alunos no ensino médio. Desde então, percebi que seria uma forma de mostrar a importância da sociologia para além da sala de aula.

Após alguns anos lecionando na rede estadual senti a necessidade de ampliar meus conhecimentos e buscar uma formação que pudesse me proporcionar isso. Daí surgiu a possibilidade de conciliar o trabalho com a formação, através do processo seletivo para o Programa de Mestrado Profissional em Educação, pela Universidade Regional do Cariri, instituição essa que me proporcionou a graduação e me possibilitou uma formação *strictu sensu*.

Com isso, busquei observar uma realidade que já vivencio desde 2012 enquanto profissional e os reflexos das políticas educacionais do estado do Ceará. Fazendo um recorte atual com base nas políticas que visam combater o abandono escolar, construo minha proposta de pesquisa na intenção de analisar essas políticas na prática nos ambientes institucionais, como também através da visão dos sujeitos que estarão diretamente envolvidos.

1.1. Estado da arte: uma análise breve

Esse tipo de pesquisa vem ganhando força do início do século XXI até os dias atuais. O “estado da arte” passa a ser definido através de um caráter bibliográfico, trazendo o desafio de mapear e de discutir produções acadêmicas que perpassam por várias áreas de conhecimento, buscando trazer respostas a problemáticas levantadas em tempo e espaços diferentes, mas que acabam por ter algo em comum. Isso auxilia na relevância da pesquisa, como também na contribuição de novos dados que servirão como parâmetro para a discussão do tema que estiver em questão. A partir dessa metodologia se percebe as categorias trabalhadas que ajudam nas análises que serão desenvolvidas a partir dos fenômenos apresentados.

No que se refere à pesquisa apresentada, se faz um apanhado das dissertações sobre Educação Profissional e a relação com a categoria juventude. Orientado por esse critério de análise, foi realizado um recorte das produções dos últimos 5 (cinco) anos.

Tabela 1 - DISSERTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ano	Educação Profissional no Brasil	Educação Profissional no Ceará	Educação profissional e Juventude	Educação Profissional e a geração “nem-nem”
2014	8035	2541	1373	79
2015	8823	2658	1426	70
2016	9406	2862	1409	94
2017	9772	2959	1402	93
2018	9921	2853	1355	90
Total	45957	13873	5556	426

Fonte: Construída pelo autor com base no Catálogo de teses e Dissertações da Capes

No primeiro recorte, percebemos o número de produções sobre Educação Profissional no país em grande crescente. Com a ampliação dessa modalidade de ensino, a forma com que ela impacta na educação se torna uma categoria de estudo que dá parâmetros à relação escola e mercado de trabalho. Como também à relação da formação do professor e seus saberes para o desenvolvimento do ensino profissionalizante. Ou seja, teremos uma amplitude de pesquisas que visam entender em várias áreas de concentração a Educação Profissional. Nesse mesmo recorte, chegamos a esse número aplicando os filtros referentes às produções na área de *Ciências Humanas*, com concentração na área de *Educação*.

No segundo recorte essas produções irão diminuir, tendo em vista o caráter restritivo que o “estado da arte” proporciona. Essa restrição não se confunde com exclusão e sim para aproximar o trabalho desenvolvido com outras produções que possam ajudar nessas discussões. As pesquisas realizadas sobre Educação Profissional no Ceará reduzem, em vista que o número de produções por estado comparado ao território nacional é menor. Em 2018 há uma queda na produção nessa área comparada aos anos de 2016 e 2017, mas isso não quer

dizer que a relevância sobre esse tema esteja em baixa, apenas os direcionamentos tomados que fogem ao filtro aplicado.

Em um terceiro momento, se faz a relação entre Educação Profissional e Juventude, delimitando ainda mais o campo de investigação. Um dado interessante, apresentado nesse terceiro recorte é a queda de produção de 2018 comparado aos anos anteriores. Nesse filtro encontramos produções voltadas ao jovem como sujeito principal e que é a categoria utilizada ao longo do trabalho aqui apresentado.

Por fim, para delimitar o nosso tema, chegamos ao filtro que relaciona Educação Profissional, Juventude e a Geração “nem-estuda, nem-trabalha”. O que se pôde observar é que há discussões voltadas à preocupação com essa geração, mas que não se detêm aos espaços escolares especificamente. As produções encontradas demonstram uma análise mais socioeconômica do que educacional.

Ao chegar a um contingente de trabalhos de uma determinada área de conhecimento, buscamos encontrar fatores que agreguem a pesquisa que está sendo desenvolvida, assim podemos deduzir que estes cumprem com sua finalidade que está prevista nos catálogos apresentados nas esferas acadêmicas, assumindo um caráter informativo, rápido, breve e objetivo para que o leitor possa selecionar o que lhe é de utilidade para aquele momento da pesquisa.

No nosso estudo podemos encontrar aproximações com os trabalhos realizados, bem como mostrar como o mesmo vem buscar trazer novos elementos de debate, bem como apresentar uma pesquisa de um Programa governamental, inserido em uma política maior para o Ensino Médio.

Neste sentido o estudo tem por objetivo geral: Analisar o Projeto intitulado **#ChegueiEnsinoMédio**, realizado nas escolas de ensino médio, para inserção e continuidade dos alunos neste nível de ensino em escolas da rede pública estadual do Ceará, na cidade de Iguatu-CE. Os objetivos específicos são: identificar os dados obtidos com a matrícula de 2017 – 2018, nas escolas de Ensino Médio que desenvolveram o Projeto; comparar a matrícula do ensino médio de 2016 - 2017 com o número da procura após a proposta do Projeto; e acompanhar o desenvolvimento do Projeto em 2017 - 2018: matrícula, relação professor-aluno, processos de aprendizagem e avaliação.

A metodologia, que pode contemplar o estudo de base qualitativa e quantitativa, toma o estudo de caso como possibilidade metodológica de analisar referida ação governamental junto a uma comunidade educacional. O período do estudo acompanha a implantação do

Projeto de 2017 a 2018. A pesquisa será desenvolvida na cidade de Iguatu/CE, em uma Escola Estadual de Educação Profissional.

Foi realizada uma coleta de dados e analisada no que se refere ao número de estudantes que evadiram nos dois últimos anos, como também aqueles que concluíram o ensino médio, se conseguiram adentrar na universidade ou estão ativos no mercado de trabalho.

O referencial teórico se constitui no estudo sobre o debate acerca do ensino médio no Brasil, sua implantação e entendimento da história do tempo presente, bem como o estudo da categoria juventude para compreender como a realidade é construída socialmente e entendida a partir das interpretações realizadas sobre os fenômenos observados, sabendo que a realidade não é única e se torna passível a várias interpretações, pois se compreende que a problemática que surge entre demandas políticas e a realidade educacional vivenciada são questões mais amplas e desafiadoras a serem analisadas em nosso tempo.

O estudo poderá permitir, ainda, uma compreensão da necessidade de se estabelecer políticas públicas educacionais que possam combater a taxa de evasão, que é crescente entre esses jovens que vivem em uma situação geracional desfavorável a permanência na escola.

A pesquisa foi desenvolvida através de uma análise de dados, apresentados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará–SEDUC-CE, tendo como principais instrumentos os resultados obtidos pela 16ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 16, no que se refere à matrícula das escolas da cidade de Iguatu no ano de 2017 e as matrículas que irão servir como parâmetro em 2018. Como lócus de pesquisa, foi escolhida a Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro.

Neste sentido, a dissertação foi organizada da seguinte forma: O tópico “2 – INDUSTRIALMENTE EDUCADOS: IMPLICAÇÕES PRÉ-MODERNAS DA EDUCAÇÃO”, apresenta uma discussão sobre o processo histórico da educação, com ênfase na relação com o trabalho e seu desenvolvimento de um contexto nacional a um contexto estadual.

O tópico “3 – JUVENTUDE E TRABALHO: IMPLICAÇÕES SOBRE A GERAÇÃO NEM-NEM”, foi constituído a partir da categoria de juventude, levando em consideração o tempo presente e o espaço no qual esses jovens estão inseridos e assim chegar ao entendimento dos impactos suscitados por essa geração.

O tópico “4 – A GERAÇÃO NEM-NEM EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DE DADOS” expõe a discussão a partir da escola optada como lócus da pesquisa e faz com que os dados coletados possam ser comparados aos dados apresentados no contexto

nacional e estadual, entendendo que essa geração inicia sua formação antes de chegar a maioridade.

Assim, o produto foi fruto dessa investigação, proporcionando às escolas que poderão iniciar esse debate uma reflexão sobre como a instituição consegue contribuir com a diminuição dessa geração, como também proporcionar um diálogo amplo e satisfatório para a resolução dessa problemática através de políticas públicas educacionais, mesmo estando em um momento desfavorável à educação no nosso país após as ameaças de cortes em seus investimentos.

2. INDUSTRIALMENTE EDUCADOS: IMPLICAÇÕES PRÉ-MODERNAS DA EDUCAÇÃO

Por muito tempo a educação formal era algo negado à maioria. Os espaços de ensino eram destinados para uma minoria que tinha como aliado o tempo e o dinheiro para dedicar-se a uma formação educacional. O ato de ler era considerado como algo inútil para aqueles que em sua rotina tinham o conhecimento intelectual negado. A maioria da população seguia sem acesso ao conhecimento mais elaborado, onde o crescimento estava atrelado aos mesmos hábitos sociais e experiências práticas de trabalho dos mais velhos. O trabalho, desde cedo, era destinado aos filhos dos trabalhadores no âmbito doméstico, rural e manual. Na adolescência, já traziam um grande acúmulo de conhecimento sobre as atividades agrícolas ou ofícios produtivos.

A constatação de que a divisão do trabalho “enfraquece a capacidade de cada homem individualmente considerado” e comporta “o debilitamento e empobrecimento da atividade individual”, Marx também a encontra nos economistas, mas é dele a definição histórico-dialética da divisão do trabalho como nada mais que “a expressão econômica da sociabilidade do trabalho na condição histórica da alienação humana”, isto é, da propriedade privada. (MANACORDA, 2007, p. 41)

A modernidade traz consigo mudanças drásticas. Os países industrializados dos dias atuais entendem a importância em investir na educação. Posicionamentos críticos, sentimento de pertença a essas sociedades e principalmente, conhecer sobre a sua própria história. O processo de industrialização foi um fator decisivo para a expansão das cidades, influenciando diretamente nas mudanças quanto ao sistema educacional. Nas primeiras décadas do século XIX, ainda se registrava que uma grande parcela da população não tinha acesso a nenhum tipo de educação escolar. Porém, foi através da necessidade da mão de obra especializada que houve a formulação de um ensino que suprisse essa demanda. Com essas novas configurações no setor do trabalho, percebe-se uma divisão do trabalho, afastando da tradição que era passada de geração em geração, onde as experiências de trabalho passam a ser adquiridas de outras formas e fragilizando as atividades individuais.

Os sistemas educacionais, no que se refere ao ensino abstrato (disciplinas como ciências, matemática, história, etc.) substituíram os ensinamentos das práticas referentes a ofícios específicos. Na sociedade moderna criou-se a necessidade de desenvolver habilidades básicas com ler, escrever e calcular, como também de conhecimentos sobre o espaço físico, social, político e econômico.

O sistema capitalista transformou a educação em uma forma de acesso ao mercado de trabalho e os espaços educacionais tornaram-se ambientes de formação. Porém, percebe-se que a formação ofertada para os filhos da classe trabalhadora é diferente daquela que o filho da elite acessa. O filho do trabalhador é formado para ocupar cargos inferiores, para suprir as exigências do mercado. A educação se tornou um espaço de debates políticos trazendo, principalmente, a denúncia sobre as desigualdades no acesso a uma educação de qualidade para todas as classes. Os idealizadores de uma educação que fosse mais acessível buscavam proporcionar igualdade e oportunidades que não eram ofertadas pela educação seletiva, ou seja, antes de um currículo é necessário garantir o acesso. Cada embate que ocorre promovendo reformas educacionais gerando mais seletividade demonstra a falta de interesse dos que estão no poder de ampliar o acesso a uma educação igualitária.

Teorias sobre a educação escolar, como os apontamentos feitos por Bourdieu (1998), que apontam a desigualdade podem ser entendidas quando utilizado o conceito de reprodução cultural. A reprodução cultural se refere às formas pelas quais as instituições escolares, juntamente com outras instituições sociais, perpetuam as desigualdades sociais e econômicas ao longo do tempo. Como as escolas reforçam os valores culturais, atitudes e hábitos, ao deixarem esses espaços, acabam por limitar alguns indivíduos e facilitar o acesso ao desenvolvimento educacional de outros.

Ao analisarmos a educação sobre esse ponto de vista é notório como o poder de coerção exercido na vida em sociedade, determinado nas ações dos indivíduos, colocam em dúvida os próprios indivíduos como agentes criadores e transformadores da coletividade. Os seres humanos criam o espaço social em que vivem e ao mesmo tempo nesse espaço existe o tempo de vida de cada indivíduo, sendo fator influenciador nos modos de vida das gerações que virão. A estrutura modifica o indivíduo assim como o indivíduo é fator para modificar a estrutura.

[...] a consciência coletiva, esta sociedade viva na cabeça de cada indivíduo e ao mesmo tempo exterior a cada pessoa e que obriga a comportar-se conforme o desejo da sociedade, não existe individualmente, mas somente pela cooperação entre os indivíduos. [...] essa existência social, essa vida coletiva, é obra não apenas dos indivíduos que cooperam entre si num dado momento da vida da sociedade, mas também das gerações passadas, que ajudaram a criar as crenças, os valores e as regras que ainda hoje estão presentes e que nos obrigam de certo modo a nos comportarmos de acordo com “a vontade da sociedade”. (RODRIGUES, 2000, p. 25-26)

Nossas ações são moldadas na vida em sociedade, pois somos educados a isso. Tal educação é formada por conteúdos constituídos em meio moral compartilhada pelos

indivíduos através de valores e regras produzidos pelas gerações passadas e fortemente presentes nas gerações atuais. Por isso que a educação é um processo de socialização.

2.1. A educação como proposta emancipadora.

Ao recebermos a educação no meio social iniciamos um processo de moldagem, já que pertencemos a uma classe, somos vinculados a uma especialidade no mercado de trabalho e somos reflexo de uma moralidade. É por meio da educação que os fundamentos são passados de geração em geração. Porém, para adquirirmos uma compreensão mais ampla nas relações sociais que influenciam na educação, os mecanismos que delimitam cada indivíduo em um espaço social devem ser interpretados, pois devemos possibilitar a discussão sobre uma educação emancipadora.

Temos como características marcantes da sociedade moderna o processo de consolidação do sistema capitalista, que se torna parâmetro para pensarmos as novas relações sociais. O momento histórico vivenciado modificava as relações de exploração, como também reafirmam as desigualdades construídas ao longo da história.

A análise do processo histórico é fator decisivo para entendermos as estruturas socioeducacionais. Os mecanismos provenientes das relações entre os indivíduos pertencentes a espaços sociais diferentes dão suporte a investigação da realidade como ela é, construindo assim um conceito que fundamental para compreendê-las.

Pensar em uma sociedade a partir das relações sociais de produção é olhar através da teoria de Marx e Engels que atribuem essas relações à organização do trabalho e da propriedade. Segundo a teoria, as transformações que ocorreram ao longo da história acontecem na mudança de um modo de produção a outro. Dessas diferentes relações constituídas, a sociedade chega a uma divisão de classes sociais que é fator crucial para entendermos os conflitos entre classe dominante e classe dominada.

É importante destacar que através dessa análise busca-se explicar como se dá a tomada de consciência, ou não, da forma como se vive e das relações de exploração que ocorrem.

A consciência está ligada às condições materiais de vida, ao intercâmbio econômico entre os homens, como já vimos. Mas a consciência que os homens têm dessas relações, afirmam nossos autores, não condiz com as relações materiais reais que de fato vivem. As ideias, as concepções sobre como funciona o mundo são representações que os homens fazem a respeito de suas vidas, do modo como as relações aparecem na sua experiência cotidiana. Essas representações são, portanto, aparência. Para Marx essas representações implicam, num primeiro momento, numa *falsa consciência*, numa *consciência invertida*, pois se prendem à aparência e não

são capazes de captar a essência das relações às quais os homens estão de fato submetidos. (RODRIGUES, 2000, p. 41-42)

Para pensarmos em uma educação emancipadora é necessário compreendermos que as relações construídas a partir da exploração de uma classe sobre a outra, afeta diretamente na tomada de consciência e no processo de desconstrução da estrutura baseada em modo de produção. Como a escola é uma instituição reprodutora dessas relações, a educação é um meio de manutenção dessas relações e uma forma de expropriação de bens materiais e de saberes.

A educação como processo de emancipação deve romper com a visão alienada na reprodução de uma consciência baseada na classe dominante e fazer com que a educação sirva como meio de superar a condição de dominados e despertar um olhar crítico, rompendo com as relações sociais de produção que oprimem a classe trabalhadora. Com o viés de uma educação profissionalizante, aos moldes de uma sociedade informacional, assim analisada por Castells (1999), temos jovens educados e qualificados ao mercado, mas isso não os faz emancipados.

Ao entrarmos em contato com as propostas do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e suas diretrizes, percebemos que a educação não se limita a formalidade, ela deve estar presente para além dos muros das escolas, pois deve estar contemplada nos espaços familiares e na vida em comunidade.

A formação do indivíduo está vinculada às garantias dos direitos fundamentais previstos na nossa legislação e também à formulação de políticas que possibilitem uma luta pela valorização da educação e pela diminuição das desigualdades sociais.

A nossa Constituição Federal em seu preâmbulo busca

[...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (...) (BRASIL, 1988)

A escola, enquanto instituição formal, responsável por auxiliar na formação dos cidadãos, deve orientar para construção de sujeitos autônomos e críticos, para que haja uma formação humana integral, pautada no processo emancipatório. Um currículo integrado, voltado para o trabalho, ciência, tecnologia e cultura, possibilita a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento, sem excluir a realidade do estudante.

Um currículo escolar não é alheio à cultura, à política e à economia, e essas dimensões revelam as estruturas dominantes de poder, mobilizações e conflitos, mas podem deixar patentes, também, suas fortalezas e avanços. Desde sua concepção, esses elementos se relacionam e estão presentes em seu desenvolvimento. (BENFATTI; LEITINHO, 2013, p. 33)

A construção de um currículo que favoreça a uma educação emancipadora, deve levar em consideração o saber local e as experiências dos alunos. Deve servir como apoio, dando sentido ao aprendizado, porém atentar a princípios particulares generalizáveis que prejudiquem a estrutura de um currículo para uma formação crítica e libertadora. Sem haver uma prática pedagógica orientada, há o risco dos objetivos traçados por um currículo integrado não obter resultados na formação emancipadora.

Para romper com uma proposta que perpassa séculos, em que o professor atua como mero reprodutor de conhecimento em um ensino massificado, busca-se formas de fazer com que essas práticas sejam rompidas e proporcionem uma educação que liberte. Nesta metodologia tradicional, o professor atua como “dono do saber”, transformando o aluno em um ser passivo e mero reprodutor de informações. Assim, a postura crítica não ganha espaço, promovendo uma perda de autonomia no processo de desenvolvimento intelectual por parte do estudante.

Encarar os professores como intelectuais também fornece uma vigorosa crítica teórica das ideologias tecnocráticas e instrumentais subjacentes à teoria educacional que separa a conceitualização, planejamento e organização curricular dos processos de implementação e execução. É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. (GIROUX, 1997, p. 161)

Em contra partida, propostas democráticas que visam à construção da consciência do indivíduo, buscam a emancipação do homem a partir da educação. O papel do professor não é subordinar o entendimento do aluno à sua inteligência, pois assim se constrói o ensino, mas não promove a emancipação. O processo emancipador exige que se instigue o estudante a usar sua própria inteligência, bem próximo ao que o método socrático propunha “perguntar, fingindo ignorar”. Porém, para haver um processo de emancipação é necessário que o professor também o seja, para assim promover uma construção de inteligências, não apenas um processo de subordinação, pois quando há a consciência da capacidade de pensar e ela é racionalizada, o processo de emancipação ocorre.

No Brasil temos uma crítica forte de Freire (1983) a uma educação dócil, que prega a conformidade, que destra o estudante. Nesse modelo de educação o professor é um sujeito que se coloca como superior e detentor de todo conhecimento, tratando o aluno como um depósito vazio para colocar suas verdades. Contrariando essa discussão, a educação libertadora se constrói de maneira dialética, onde professor e estudante tomam consciência de sua história de vida e em um processo crítico de construção e reconstrução, operam sobre ela com criticidade.

A educação em Freire (1982) se torna referência para o processo de transformação social, pois através dela o indivíduo tem a possibilidade de politizar-se, permitindo ser sujeito ativo da sua própria história e atua com consciência sobre a realidade na qual está inserido. A educação nesse processo de conscientização segue uma proposta de mudança social, ou seja, perpassa o indivíduo e influencia o meio ao qual ele está inserido.

O papel do educador é importante para que se possa ter esse rompimento com um modelo tradicional, em que se prevalecem as relações hierárquicas entre professor e aluno. A educação deve estar para um serviço bem maior, que se entrelaça desde a socialização entre os pares até a formulação dos objetivos de vida, além de um entendimento do ser no próprio universo do qual ele faz parte e a construção consciente de sua inteligência.

A categoria de intelectual é útil de diversas maneiras. Primeiramente, ela oferece uma base teórica para examinar-se a atividade docente como forma trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos. Em segundo lugar, ela esclarece os tipos de condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais. Em terceiro lugar, ela ajuda a esclarecer o papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas. (GIROUX, 1997, p. 161)

Nesse processo, os professores não devem ser limitados por regras estabelecidas nas estruturas opressoras do sistema, que tem por finalidade moldar o jovem ao seu interesse mercadológico de exploração.

A ampliação da capacidade reflexiva, visando ao empoderamento dos sujeitos, precisa ocorrer em vários âmbitos, mas especialmente no trabalho e na escola. Essa reflexividade pode ser desenvolvida tanto pela via da psicologia cognitiva quanto pelo tecnicismo. Alguns estudos têm destacado, por exemplo, a utilização do construtivismo piagetiano como forma de desenvolver o governo do “eu”, ou seja, suas práticas educativas tidas como propiciadoras da autonomia e da liberdade visariam, na realidade, a uma forma de autocontrole da conduta pelo próprio indivíduo de modo que obtivesse um sujeito “conscientemente” submisso aos controles sociais. (LIBÂNEO, 2005, p. 64)

Enquanto agente reflexivo, o professor deve estar inserido diretamente nessa formação de maneira ativa e entender as diferenças que existem no espaço escolar, possibilitando perceber a sua função enquanto formador político que leva o aluno ao seu processo de emancipação.

Encarar os professores como intelectuais também fornece uma vigorosa crítica teórica das ideologias tecnocráticas e instrumentais subjacentes à teoria educacional que separa a conceitualização, planejamento e organização curricular dos processos de implementação e execução. É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. (GIROUX, 1997, p. 161)

O ensino não deve limitar-se apenas a habilidades práticas subservientes ao interesse do capital. O campo intelectual é importante para romper com essa prática e auxiliar na formulação de uma sociedade mais democrática. A função social do professor na escola não é de mero reprodutor do controle que é exercido na sociedade, e sim de tornar esse espaço uma forma de conhecimento, que traz as particularidades da cultura como um todo e favorecer a uma criticidade que proporcione transformações sociais. Transformar é combater as injustiças e humanizar-se às questões que promovem desigualdades econômicas, políticas e sociais.

2.2. A educação profissional e seus desafios

Fazendo uma retrospectiva acerca da educação profissional no Brasil, podemos perceber que essa modalidade de ensino terá um direcionamento para os filhos da classe trabalhadora e servindo a uma reprodução na divisão em classes sociais, pois para os filhos da elite era garantido o acesso a escola que ofertava o ensino de ciências, de letras e artes, enquanto aos filhos dos trabalhadores esse acesso era negado.

A educação profissional no Brasil, em seu início, limita-se a atender questões de desfavorecimento quanto às condições sociais, gerando uma relação de dependência e sendo utilizada como forma de dominação, tendo no assistencialismo a garantia dessas relações de subordinação. No século XX o fator mão de obra passa a ganhar mais ênfase, não como forma de valorização, mas como fortalecimento nas relações de exploração.

O início do Século XX trouxe uma novidade para a história da educação profissional do país quando houve um esforço público de organização da formação profissional, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício

profissional. Assim, em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante a busca da consolidação de uma política de incentivo para preparação de ofícios dentro destes três ramos da economia. (MOURA, 2007, p. 6)

É notório que a intenção era promover uma formação direcionada a suprir as necessidades dos setores econômicos que estavam em desenvolvimento no país. Nesse sentido, podemos enxergar a educação profissional como uma forma de conformação à realidade apresentada sem nenhuma forma de reflexão e consciência sobre as relações estabelecidas nesse âmbito. Esse tipo de formação não é capaz de promover qualificações que ampliem o conhecimento do trabalhador, pelo contrário, essa concepção de educação consiste em fortalecer a divisão social e técnica do trabalho, fator principal para a existência do capital, garantindo abastecimento de mão de obra a serviço do capitalismo.

No Brasil, o dualismo das classes sociais, do acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção. (CIAVATTA, 2005, p. 4)

Durante o século XX a preocupação era quanto ao processo de industrialização e como fazer com que a necessidade de mercado em relação a mão de obra fosse suprida. Esse processo de modernização necessitou de uma base legal para que a educação se adequasse às novas demandas. Para isso Moura (2007) aponta alguns desses decretos da época.

Este conjunto de decretos ficou conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema, em função do então ministro da educação, Gustavo Capanema. Os principais decretos foram os seguintes: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto Nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei 4.048/1942 - cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”. (MOURA, 2007, p. 8-9)

Nesse sentido, a estrutura social está vinculada a um sistema persuasivo de ideias em que há adesão dos indivíduos pertencentes à sociedade, pois elabora uma visão própria de

mundo baseada na imposição através da coerção e violência explícita, como também o consenso, estabelecido pelo sistema capitalista. Este consenso por sua vez, através das instituições sociais, como escolas, Igreja, mídias, partidos políticos, propagam a ideologia da classe dominante, difundindo e preservando-a. (GRAMSCI, 1999)

A classe dominante busca controlar a partir de mecanismos e dispositivos sociais as classes subalternas. A filosofia da práxis busca construir uma visão crítica a respeito da realidade. A ideologia estaria numa concepção de mundo, manifestando-se nas mais diversas formas de atividades humanas. Essa ideologia não se traduz apenas na produção de ideias, mas se restringe na prática, seja no senso comum ou na ciência.

Gramsci aprofunda sua análise destacando as “ideologias orgânicas”, que estariam ligadas às classes que fundamentam o sistema capitalista, a burguesia e o proletariado. Com isso, a ideologia dominante produz uma concepção de mundo que irá sobrepor a visão das classes subalternas. Essa contradição servirá para que haja rupturas, pois se apresentará distorcida nos discursos em que a classe dominada não se enxerga, mesmo ainda estando presa a ideologia do opressor.

A estrutura ideológica é constituída por diversas instituições. Entre elas, Gramsci considera a Escola como uma das principais. Entendo a escola como um espaço de contradições, a partir dela pode ser reproduzida a filosofia que possibilita a ruptura ou a manutenção no processo de dominação. É na escola que o processo de maturação se dará, pois seria o canal que liga a classe dominada à consciência enquanto classe, promovendo uma emancipação cognitiva e cultural. Os conflitos se dão para a construção da autoconsciência.

A classe dominada permanece desorganizada, sem uma construção da própria consciência de classe. Destaca-se a importância dos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1999), tendo essa denominação por surgirem “organicamente” da própria classe tencionando os olhares dos intelectuais tradicionais, construindo uma concepção do ponto de vista dos dominados, os proletários. Esses intelectuais não estariam voltados a uma formação acadêmica específica e sim a uma ação social que possibilita entender a relação entre as instituições sociais e aquilo que é produzido materialmente, percebendo o seu lugar de fala e o lugar que ocupa nas relações materiais e sociais que são produzidas na sociedade. A escola assumiria o papel de democratizar a cultura e o saber, sendo uma educação visando valorizar o trabalho e ao mesmo tempo superar os antagonismos entre o fazer e o pensar, sendo a proposta gramsciana voltada uma escola unitária.

Nas relações estabelecidas através da racionalização da produção que interfere diretamente no processo de exclusão, faz com que haja um aumento no número daqueles que

ficam a margem, o que Frigotto (1998) coloca como a existência de sobrantes sem prazo previsto. Estabelecendo uma relação com a educação dos jovens no ensino médio, especialmente nas instituições que ofertam a educação profissional, percebemos que as escolas assumem um ideário visando restabelecer o caráter produtivo dentro dessas instituições, subordinando-se a lógica do mercado, ou seja, a educação continua se submetendo aos interesses do mercado.

A relação entre esfera pública e privada influencia diretamente no avanço do ensino profissional, pois essa formação está diretamente ligada ao trabalho para atuar como mão-de-obra na indústria.

A base social da defesa da formação politécnica não impediu sua derrota no embate das forças políticas e de sua materialidade histórica no campo da economia, da cultura e da educação. Prevaleceram, primeiro, o industrialismo e o economicismo e, hoje, a meta da produtividade exacerbada pelo mercado como parâmetros da preparação para o trabalho. Este é o sentido da história da formação profissional no Brasil, uma luta política permanente entre duas alternativas: a implementação do assistencialismo e da aprendizagem operacional; versus a proposta da introdução dos fundamentos da técnica e das tecnologias, o preparo intelectual. (CIAVATTA, 2005, p. 5)

Na década de 1940, as organizações sindicais começam a surgir em conformidade às reivindicações da classe trabalhadora, em que há impactos tanto do contexto político nacional como internacional, que trazia indícios no pós-guerra de um regime ditatorial a um regime liberal-democrático. O corporativismo empregado tem como objetivo, além de controlar o trabalhador através da submissão ao trabalho, fazer com que essa classe apoie o governo de Vargas.

A reforma Campanema, que ocorreu em 1942, tornou evidente o espaço que a educação profissional vinha ganhando. Era formada pela parte final do primeiro ciclo, que se dividia em cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, que não habilitava a inserção no ensino superior, mesmo se equiparando ao colegial enquanto tempo e nível.

Nesse período podemos destacar o surgimento do sistema S – SENAI (1942) e do SENAC (1946) – juntamente com as iniciativas públicas cumpriam com o papel de formar e suprir a demanda gerada pela divisão social do trabalho com viés técnico, baseado no modo de produção taylorista-fordista.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 (Lei nº 4.024/1961) traz mudanças significativas sobre a educação profissional

Nela, o ramo de ensino profissionalizante é reconhecido como equivalente ao ramo propedêutico, o que garante aos egressos daquela ramificação a condição de prosseguimento irrestrito no ensino superior. Ao SENAI e ao SENAC, de acordo com as exigências legais, caberia a organização das formações para absorver a correspondência entre as etapas do ensino fundamental e do médio. (SANTOS, 2017, p. 181)

A Lei nº 5.692/71 se refere à reforma do ensino de 1º e 2º graus, em que havia a tentativa de profissionalizar o ensino médio brasileiro. As modalidades que existiam seriam incorporadas através da imposição de um governo autoritário, como tentativa de fomentar o aumento no processo subalterno de industrialização, que buscava pessoas capacitadas tecnicamente, para que se tivesse garantias na inserção dessas mãos de obras no mercado de trabalho. Porém, o que se percebe é que essa proposta é somente para o ensino público, pois o ensino privado mantém seu currículo voltado ao ensino de ciências, letras e artes para atender aos interesses da classe dominante brasileira.

No fim da década de 1980, com forte influência após a promulgação da Constituição Federal de 1988, temos as discussões e em seguida começa a vigorar a nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, onde se destina o ensino profissional para as Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EAF e em algumas redes estaduais. Porém há críticas que mostram que a União acaba por se “desresponsabilizar” pela educação, pois não havia uma prioridade para a manutenção do ensino superior e das escolas técnicas.

Nos anos 1990, o Brasil começa a sofrer mudanças consideráveis no seu sistema educacional. Essas transformações perpassam por mudanças organizacionais em seu plano educacional, no financiamento e na proposta de um projeto político pedagógico, adequando-se a agenda neoliberal e aos interesses do capital exterior. Essas reformas ampliam o processo de exclusão social, afetando diretamente a esfera pública, seguindo o que se defende em um ideário utilitarista individualizante do próprio mercado livre e que se autorregula.

O que se oculta é opção da classe dominante brasileira de sua inserção consentida e subordinada ao grande capital e nosso papel subalterno na divisão internacional do trabalho, com a hipertrofia da formação para o trabalho simples e as relações de classe nos planos mundial e interno. Ou seja, a sociedade que se produz na desigualdade e se alimenta dela não só não precisa da efetiva universalização da educação básica, como a mantém diferenciada e dual. Assim é que as políticas educacionais, sob o ideário neoliberal da década de 1990 e sob um avanço quantitativo no ensino fundamental e uma mudança discursiva aparentemente progressista no ensino médio e na “educação profissional e tecnológica”, aprofundam a segmentação, o dualismo e perpetuam uma relação débil entre ambas. (FRIGOTTO, 2007, p. 1138)

Com o alto índice de jovens fora de qualquer modalidade de ensino que faz com que haja um baixo nível de escolarização e as ofertas de emprego cada vez mais escassas, sendo influenciado pela ausência de “cidadãos produtivos”, o desenvolvimento neoliberal estaria sendo afetado.

2.3. A educação profissional no Ceará.

No Ceará os registros mostram que a primeira instituição para profissionalizar mestres foi a Escola de Aprendizes Artífices – EAA, instalada em Fortaleza, em 24 de maio de 1910, com o objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito às crianças (ANDRADE, 1995), ou seja, o ofício de marcenaria associado à aprendizagem da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos. Em 1937, passou a ser conhecida como Liceu Industrial de Fortaleza; em 1941, Liceu Industrial do Ceará; em 1924, Escola Industrial de Fortaleza; em 1965, Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, Escola Técnica Federal do Ceará, até 1998.

Em 20 de agosto de 1965, através da Lei nº 4.759, o nome da Instituição sofre nova mudança, passando a chamar-se Escola Industrial Federal do Ceará. A Portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho de 1968, altera-lhe o nome para Escola Técnica Federal do Ceará (SIDOU, 1979). A nomenclatura Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET/CE), por sua vez, passou a vigorar por força do Decreto sem número de 22 de março de 1999, permanecendo até esta data. O referi do Decreto cumpriu determinação da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, a qual abria a possibilidade da transformação das ETFs em CEFETs. (SANATOS, 2007, p. 23)

Santos (2007) destaca o decreto nº 5.225/04 que transforma os CEFETs em instituições que podem ofertar o nível superior. Esse decreto vem estabelecer o importante papel dessas instituições no fortalecimento da continuidade da formação, não só tecnológica, mas também na área de graduação e pós-graduação. Essa trajetória também é marcada pelo distanciamento dos anseios daqueles que fazem parte da classe trabalhadora, reproduzindo uma formação já ansiada para o “abastecimento” do mercado.

A trajetória do CEFET/CE é suficiente para demonstrar a vocação em formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Entretanto, verificamos, ao longo dessa história de quase cem anos, que a escola atingiu, apesar de suas contradições, um patamar de elevada comprovação de competência – excelência declarada inclusive pelo Governo Federal – conseguindo formar seus alunos para o trabalho e para ingressarem em cursos superiores – incluindo os considerados de elite, como medicina, direito, arquitetura e outros. E foi exatamente a constatação dessa

excelência que levou a classe dominante a adotar políticas públicas que desmantelassem o ensino praticado nessas instituições. (SANTOS, 2007, p. 28)

As mesmas ofertavam cursos regulares, a saber: Edificações, Informática Industrial, Mecânica, Química, Telecomunicações, Estradas e Turismo. Após a sua mudança para IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará passou a ofertar, além dos cursos já existentes, os cursos tecnológicos e cursos de curta e média duração, além da Licenciatura. Este contexto foi marcado pelo cenário político de expansão da educação para a juventude no Brasil. Reestruturado como Centro de Educação, seu objetivo era oferecer cursos profissionalizantes de nível superior de curta duração, em áreas especificamente tecnológicas e numa linha de produção científica.

Neste contexto de ampliação de uma política de profissionalização da juventude ainda no ensino médio é que nasce, no Ceará, a política de implementação das escolas estaduais profissionais e seguem as mesmas expectativas, amparadas pelas leis: Lei Federal Nº 9.394, de 20/12/1996 – Lei Federal Nº 11.741, de 16/07/2008 - Lei Federal Nº 11.788, de 25/09/2008 – Lei Estadual Nº 14.272, de 19/12/2008 – Lei Estadual Nº 14.273, de 19/12/2008 – Lei Estadual Nº 15.181, de 28/06/2012. Também amparada pelos Decretos: Decreto Federal Nº 5.154, de 23/07/2004 – Decreto Federal Nº 6.302, de 12/12/2007 – Decreto Estadual Nº 29.705, de 08/04/2009 – Decreto Estadual Nº 30.282, de 04/08/2010 – Decreto Estadual Nº 30.865, de 03/04/2012 – Decreto Estadual Nº 30.933, de 29/06/2012. (QUEIROZ, 2008)

Essas leis e decretos citados amparam a criação das escolas estaduais de educação profissional, desde a sua composição nuclear de gestão até as diretrizes de lotação dos docentes, convocação de estudantes e regularização de estágios, para que se possam criar parcerias no intuito de vincular escola e mercado de trabalho.

A estrutura e funcionamento de escola e de um sistema educacional não são imutáveis. Ao contrário, possuem natureza dinâmica, sujeita a transformações. As reformas educacionais, em geral introduzidas por mudanças na legislação, costumam ser medidas que causam impacto tanto na estrutura, como no funcionamento do ensino. Há situações em que as reformas anunciam mudanças que na prática não se realizam. Neste caso, as mudanças se dão no plano da aparência e não na essência das coisas. Esta é uma tendência comum em países de tradição ibérica como o Brasil. (VIEIRA, 2009, p. 21)

As Leis Estaduais de 2008 que dispõem sobre a criação das escolas profissionais no estado do Ceará, demonstram a continuação de uma política federal que visa a ampliação do ensino técnico, sendo assim, o estado do Ceará acaba por assumir um papel de referência

nessa política de implementação, se tornando o principal programa do governo Cid Gomes voltado à educação.¹

Os Decretos apresentados fortalecem na estrutura administrativa dessas instituições. Os núcleos, coordenadorias e a própria secretaria do estado, começaram a se adaptar a essa proposta. Hoje, quando se fala em educação no Ceará, a referência é a política de escolas profissionais.

Em uma análise sobre os dispositivos legais, todos eles trazem uma adequação para estrutura e funcionamento dessas instituições. Todo esse investimento afeta diretamente na dinâmica das outras escolas, pois além de assumir um papel tecnicista se tornaram referência nos índices de qualidade, todas essas modificações acontecem de maneira efetiva, como também algumas ficam somente no campo formal.

A Lei Estadual nº 14.273/2008, se refere à criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs, vinculada a Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

O Decreto nº 5.154/04 faz uso às atribuições ligadas a Constituição Federal e vincula à Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que diz respeito à educação profissional no país. De com acordo Santos

Segundo interpreta Pereira (2015b), a linguagem utilizada a LDB já guarda suas intenções empresariais, pois quando o texto escreve que a educação dos trabalhadores deve se dar “em cooperação com instituições profissionais especializadas em educação profissional”, a redação estava adequando-se para que, no ano seguinte, perante a aprovação do Decreto Nº 2.208/97, fosse consagrado o que se pretendia já na lei. Para esse autor, em diálogo com Cêa (2006), a partir do lançamento desse decreto, a dualidade educacional se aprofunda ainda mais, dado que a profissionalização se configura como um subsistema que, no interior do sistema público de educação, abre, sobre o respaldo legal, suas portas aos empresários que vendem educação. (SANTOS, 2017, p. 190)

O caráter reducionista desse decreto direciona essa formação aos interesses do capital, sendo isso não obstante aos interesses do governo vinculado a políticas de privatizações e fomentação a uma agenda neoliberal que acaba por entrar em consonância às propostas das políticas educacionais.

O decreto nº 5.154/04 faz referência a educação profissional e no bojo do seu art. 1º dispõe que a educação será desenvolvida por meio de cursos e programas que são:

¹ Governador do Estado do Ceará de 1º de janeiro de 2007 à 1º de janeiro de 2011 pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, e de 1º de janeiro de 2011 à 1º de janeiro de 2015 pelo Partido Republicana da Ordem Nacional – PROS.

- 1 formação inicial e continuada de trabalhadores (segundo o Art. 3º inclui a capacitação, aperfeiçoamento, a especialização e a atualização em todos os níveis de escolaridade)
- 2 educação profissional técnica de nível médio e
- 3 educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Ressalta-se que a Educação profissional observará as seguintes premissas: Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica e Articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia.

Os cursos (serão articulados, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos) e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, tem por objetivo o Desenvolvimento de Aptidões para a Vida Produtiva e Social.

Os cursos ofertados também têm como objetivo a qualificação para o trabalho, elevação do nível de escolaridade do trabalhador, que após o término dos cursos terá certificado de formação inicial ou continuada para o trabalho.

A educação profissional de nível médio será desenvolvida de acordo com os objetivos contidos nas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação, com as normas complementares do ensino e as exigências de cada instituição de ensino juntamente com o projeto pedagógico.

Após o Decreto 5.154/04 fica evidente a possibilidade de integração do ensino médio e a modalidade profissionalizante.

[...] O que se efetivou na prática foi uma espécie de “pode tudo”: integração que pode se dar em uma mesma instituição e desintegração em dois momentos distintos. No primeiro tipo dessa desintegração, o jovem precisa terminar o ensino médio em uma escola e, depois de concluí-lo, cursar o profissionalizante na mesma instituição ou em outra – também chamado de pós-médio. Já no segundo tipo, o jovem-trabalhador-tempo – de modo concomitante – cursar o profissionalizante em outra, ou na mesma instituição, como é o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Para que esse expedientes do seu dia, o que se torna inviável para os frequentadores que precisam estudar e trabalhar ao mesmo tempo, como é o caso da maior parcela da clientela que busca a profissionalização precoce. (SANTOS, 2017, p. 205)

A Lei nº 14.273/2008 do Estado do Ceará que dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional –EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Mediante esta lei o chefe do poder executivo estadual, fica autorizado à criação no âmbito da Secretaria de Educação a criação de EEEP's, assegurando-lhes condições

pedagógicas, administrativas e financeiras e oferta de EM técnico e outras modalidades. As EEEPs terão jornada de tempo integral para garantir a articulação entre escola e trabalho, em razão disso o ensino médio será integrado à Educação profissional.

Essa lei surge como forma de inserir uma política de estado, a nível estadual, em consonância com as medidas tomadas a nível federal. Em 2008, vivia-se uma conjuntura de recessão, em que o governo apresentava a redução da meta o superávit primário, mas sinalizou que haveria mais gastos públicos em certas áreas. Mesmo havendo uma pressão muito forte do grande empresariado querendo que houvesse um repasse maior para o setor privado, as medidas puderam segurar e neutralizar momentaneamente esses anseios.

Um dos grandes problemas enfrentados quanto a essas questões é que o nosso déficit faz transferências de renda para os mais ricos, provocando uma compressão na economia e aumento do desemprego. Como uma tentativa de fazer o inverso, conseguiu através da infraestrutura e da construção civil aumentar a oferta de emprego e fazer com que o dinheiro circulasse e não estagnasse nas mãos do grande empresariado.

Esse contexto vivenciado entre anos de 2008-2009 gera impactos no que se refere a oferta do ensino profissional, onde havia um mercado pronto para receber mão-de-obra. Assim, as escolas profissionais do estado do Ceará ganham notoriedade e passam a ser o principal foco das propagandas voltadas ao aumento dos índices da educação do estado desde então.

Mesmo assim, não se garante vagas suficientes para suprir as demandas quanto ao número de jovens que acabam o ensino médio. Hoje, com as discussões sobre a necessidade de um olhar mais aprofundado a uma geração que está fora das escolas, universidades, cursos e também estão fora do mercado trabalho, não basta apenas criar políticas para a juventude separada das políticas educacionais com foco aos interesses desses jovens.

É necessário começar a pensar essa problemática dentro das próprias escolas, ou seja, criar políticas que comecem dentro dos ambientes escolares e identifique os principais motivos que levam ao abandono precoce e à falta de oportunidades quando se vai em busca do mercado de trabalho.

2.4. A educação profissional no contexto do ensino médio

A educação profissional no Brasil efetuou-se em um processo de adaptação as necessidades do capital (AMORIM, 2009). A década de 1990 foi marcada por ajustes nas políticas internacionais em que, a partir da Conferência Mundial de Educação, ocorrida em

Jotiem – Tailândia, o Brasil passou a reorganizar a perspectiva da educação, nos marcos de uma política direcionada a incrementar o ensino fundamental, qualificar os professores e avançar na política de qualificação da juventude.

Foi neste contexto que nas ações em educação da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso o modelo da educação para os jovens durante o ensino médio se consolidou. No período de 1994 a 2002, o Ministro da Educação, Paulo Renato², em sintonia com as diretrizes traçadas pelo Banco Mundial para a educação no Brasil, que indicava a educação profissional como uma das prioridades, consolida com a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96, que amplia, diferentemente das anteriores, Lei 4.024/61 e Lei 5.692/71, a atuação da educação profissional.

Nos anos seguintes, estando na presidência Lula da Silva, em 2004, foi aprovado o Decreto-Lei de N.º 5.224 de 01 de outubro de 2004, que dispunha sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, cuja finalidade é promover o ensino profissionalizante, ampliando o número de matrículas de formas articuladas com os Estados, Municípios e a iniciativa privada. Além disso, propunha ampliar a capacitação dos profissionais que trabalham com essa modalidade de ensino, como também adequar melhor as instalações físicas com o objetivo de atendimento da educação profissional. (QUEIROZ, 2008)

Esta política de expansão foi cada vez mais se aprofundando com a criação de instituições federais de educação profissional em todo o território nacional. Atualmente o Brasil possui 38 Institutos Federais que estão distribuídos em todos os estados do país. A rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Profissionais, mas também oferecem a educação profissional em todos os níveis, que são: dois CEFETS, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

A Educação Profissional Técnica de Nível médio, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluída pela Lei nº 11.741, de 2008, em seu tocante passa a ser atendida no ensino médio, possibilitando a preparação do educando ao exercício de profissões técnicas. De acordo com a Seção IV-A – Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – com base em seus artigos, essa modalidade de ensino apresenta as seguintes características:

² Foi um dos o SAEB. Por outro lado, durante o tempo que este estava em ofício, a educação federal encarou uma enorme escassez de recursos, a qual resultou em uma greve com a participação de todas as instituições educacionais federais em todo Brasil, começando nos meados de 2001 e terminando no primeiro trimestre de 2002. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Renato_Souza) fundadores do PSDB em 1988, e foi o ministro da Educação durante o governo Fernando Henrique Cardoso de 1 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002. Dentre as suas maiores realizações à frente do ministério da Educação, estão a Universalização do acesso no Ensino Fundamental e o ENEM.

I – Articulada ou subsequente;

II – Integrada ou concomitante;

Isso significa que tanto os estudantes, ainda no ensino médio, como aqueles que já finalizaram esse nível poderão ter acesso a formação profissional, respeitando as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, e todas as normas institucionais referentes ao sistema de ensino.

A formação nessa modalidade pode ocorrer na mesma instituição a qual o estudante esteja cursando seu ensino médio ou poderá obter matrícula diferenciada em outra instituição, a fim de aproveitar as oportunidades educacionais distintas.

Com base na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é assegurado o estágio aos estudantes da educação profissional, compondo a formação complementar no que se refere às práticas da profissão.

Tendo como parâmetro as leis federais, em 2008 o Estado do Ceará assegura legalmente a implantação das EEEP – Escolas Estaduais de Educação Profissional, através da Lei nº 14.273 de 19 de dezembro de 2008, garantindo condições pedagógicas, administrativas e financeiras para ofertar o ensino médio técnico integrado e em tempo integral.

Essa modalidade de ensino é uma das que estão em mais alta ascensão, após o Governo Federal destinar boa parte de sua política assistencialista a promoção e divulgação da importância da profissionalização ainda no ensino básico. Muitas das escolas no país já estão diretamente ligadas a essas formações, porém temos que destacar o crescente investimento do Governo do Estado do Ceará nessas implantações, que não deixam de servir aos interesses do mercado de trabalho. O objetivo da SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Ceará) é “diversificar a oferta do Ensino Médio, visando sua articulação com a educação profissional e com a continuidade dos estudos (...), para os anos de 2007 a 2010” (SEDUC-CE, 2011), criando assim desde 2008 até o ano de 2010 aproximadamente 59 escolas profissionalizantes, sua maioria feitas adaptações em escolas de ensino médio que já existiam, e outras foram construídas no intuito de funcionarem como a primeira preparação em formação específica para o mercado de trabalho.

Após 10 anos da implantação das EEEPs, o Estado do Ceará conta com uma política de ampliação das escolas profissionais por todo estado, sendo hoje, a mais importante nesse setor. É perceptível que esses últimos governos do Ceará resolveram seguir uma política que já era adotada por outros estados, a exemplo de Pernambuco, que foi referência para utilização da tecnologia educacional e organizacional implantada nas escolas profissionais cearenses.

Segundo o site do Estado do Ceará, em uma reportagem sobre os 10 anos das EEEPs

O número de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) saltou de 25, em 2008, para 119 unidades de ensino neste ano. Há dez anos, pouco mais de 4 mil alunos foram contemplados com o modelo de escola nos 20 municípios cearenses atendidos à época. Neste 2018, já são mais de 52 mil alunos espalhados pelos 95 municípios contemplados com as EEEPs. (CEARÁ, 2018)

Hoje o Ceará conta com: 119 escolas profissionais, 52 cursos ofertados, 95 municípios atendidos, 52.571 matrículas e 15.716 estágios. Ainda como meta para 2018, estima-se que o número de EEEPs poderá chegar até 141 instituições, deixando o Estado do Ceará como o maior em atendimento a essa modalidade de ensino.

É perceptível que essa modalidade de ensino mantém uma relação muito forte com a demanda trazida pelo mercado, na busca de um ensino especializado formador de mão-de-obra instruída e habilitada. A necessidade de desenvolver habilidades básicas para o mercado de trabalho, que antes estava presente na instituição família transmitida de pais para filhos, passou a ser responsabilidade dos sistemas educacionais que servem aos interesses da sociedade industrializada. Com uma sociedade cada vez mais informacional, a formação técnica passou a ser diretamente ligada ao fator qualitativo, gerando uma falsa ideia de garantia de emprego e carreira.

As escolas profissionais ocupam-se em formar seus estudantes, buscando mediar essa formação aos interesses do mercado para que esses cursos possam ser mantidos nessas escolas sem correr o risco de serem fechados, fortalecendo a aquisição de experiências em funções atribuídas focando a construção do conhecimento para aplicação em sua futura carreira. Priorizar essa forma de ensino como treinamento para o mercado de trabalho é servir aos interesses da sociedade capitalista. Transformações de grandes impactos acontecem no setor industrial que envolve a tecnologia utilizada pelo trabalhador na produção, exigindo uma mão-de-obra qualificada que exige uma série de habilidades, o que caracteriza a valorização que deveria ser dada a esses trabalhadores. Porém, com esse investimento nas formações profissionais, o mercado recebe trabalhadores hábeis e que não são remunerados compativelmente.

Neste período as escolas de ensino médio tiveram, em seu cotidiano, projetos voltados com o objetivo de ofertar melhor qualidade para o processo ensino-aprendizagem, atendendo aos interesses das propostas do sistema capitalista, tanto para a linha de busca da melhoria dos resultados, como para a formação profissional e para a inserção destes na universidade, sendo essa inserção no nível superior responsabilidade das práticas adotadas pelos professores que

entram em conflito com o propósito das profissionalização precária dos jovens. Destes projetos é importante destacar: *Enem Chego Junto Chego Bem* e *AvanCE*.³

- **Enem Chego Junto Chego Bem:** Tem como finalidade mobilizar e preparar os estudantes para o Exame, com segurança e perspectiva de ingresso no ensino superior. Além do fortalecimento da aprendizagem diária em sala de aula com os professores e gestores, a Seduc oferta essa iniciativa que promove diversas atividades. Ao longo do ano, a grande ação é planejada em seis etapas:

- 1 – no início do ano, organização dos documentos – as escolas se mobilizam para assegurar obtenção da identidade e CPF) dos alunos de 3ª série para inscrição e realização das provas;
- 2 – inscrição – garantir 100% dos alunos inscritos no Enem;
- 3 – motivação – oferecer condições ao aluno de fazer boas escolhas, motivando-o e encorajando-o;
- 4 – preparação – ações pedagógicas para desenvolver as habilidades dos estudantes;
- 5 – #Enemvou2dias – incentivar a participação dos inscritos no Exame – transporte e pontos de apoio;
- 6 – ingresso (orientação para o acesso ao ensino superior).

- **AvanCe:** O programa Avance, que fornece Bolsa Universitária para alunos de escola pública, foi criado em 2017 pelo Governo do Ceará, com a finalidade de ajudar milhares de estudantes que pretendem ingressar no ensino superior, mas que precisam de alguma oportunidade especial.

1 - Para poder tentar uma das vagas oferecidas pelo governo, o aluno deverá terminar o ensino médio em escola pública e estar matriculado em um dos cursos superiores das instituições credenciadas no programa. O Avance Ceará também irá exigir que o aluno seja membro de família que recebe benefício do Programa Bolsa Família.

2 - Outra exigência para tentar uma das vagas é prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ter uma média igual ou superior a 560 pontos no exame.

Lembrando que para participar do Programa Bolsa Família, é preciso estar na faixa de pobreza e extrema pobreza, da média governamental. Uma família de extrema pobreza conta com renda mensal de até R\$ 85 por pessoa, já uma família pobre para o governo, são aqueles com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170 por pessoa. Esses dados são para 2017.

³ Dados retirados do site: <https://www.seduc.ce.gov.br>

Vale destacar que mesmo com resultados que demonstram um aumento na inserção dos jovens na universidade, o IPECE Informe - Nº 135 - Outubro/2018, irá mostrar que essas ações não trazem redução no aumento de jovens entre 15 e 29 anos fora dos ambientes educacionais e do mercado de trabalho.

3. JUVENTUDE E TRABALHO: IMPLICAÇÕES SOBRE A GERAÇÃO NEM-NEM

A discussão sobre juventude no Brasil dentro das ciências sociais é recente. Apenas na década de 1960 se iniciaram estudos a respeito do comportamento das juventudes no Brasil. Com isso, é importante percebermos que há necessidade de dar continuidade a essas análises, principalmente, no tocante a área de educação, pois os jovens se tornavam cada vez mais alvos do aumento da taxa de evasão.

Deve-se destacar que as gerações vão ter diferentes características e fatores influenciadores para que possamos perceber a mudança de comportamento dos jovens perante a sociedade que se apresenta a eles. Falar sobre juventude é delimitar o espaço e o tempo, pois não implica atribuir um significado singular, já ao abordarmos essa temática, devemos colocá-la na pluralidade apresentada no processo histórico da formação das sociedades, principalmente a pós-moderna. Porém, não se pode destacar quantas “juventudes” há em uma mesma situação geracional. Mannheim afirma que “para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural” (1982, p. 85). Por isso, ao falarmos sobre juventude é importante localizar o contexto ao qual essa juventude está inserida, ou seja, analisar a sua situação geracional.

Pensar uma definição para juventude requer trazer alguns entendimentos sobre esse conceito, como: faixa etária, processo de desenvolvimento de competências e habilidades, um contingente populacional, categoria social, representação de uma geração. Porém, a compreensão que se tem é que tudo faz parte do conjunto que serve como forma de análise para conceituar a juventude. A noção sobre geração remete a um dado momento histórico, ao qual estão condicionadas as mesmas conjunturas e similares experiências. Essas singularidades tornam possível visualizarmos inferências que torna a juventude uma categoria social.

Para percebermos os jovens, há necessidade de entendermos os elementos que ajudam a construir o perfil da juventude através de manifestações no cotidiano e os símbolos característicos dessa geração. Essa definição se afirma a partir da construção social, cultural, de gênero e espacial, trazendo o determinismo em vários aspectos. A juventude é marcada pela diversidade e pelo tempo vivido.

[...] refere-se ao modo como uma sociedade constitui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes

referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc. (DAYRELL; REIS, 2007, p. 4)

Trazendo para a dimensão do trabalho, é um desafio enfrentado no cotidiano pela juventude, a garantia da própria sobrevivência, em que se busca adequar-se às demandas do mercado como também relacionar isso a um projeto de futuro. É nessa perspectiva que o jovem se depara com um mercado exigente e excludente que acaba afetando no projeto traçado favorecendo ao processo de distanciamento do jovem tornando o dado da geração nem-nem.

A obrigação de trabalhar desde cedo ocasiona relações descontínuas e acidentais dos jovens com a escola, promovendo uma drástica defasagem idade-série/etapa escolar. Jovens de 15 a 17 anos deveriam frequentar o ensino médio, contudo esse é um dos maiores gargalos do sistema de ensino. (FRANZOI, 2011, p. 119)

A necessidade de inserção desde cedo no mercado de trabalho causa uma relação de tensão entre o jovem e a escola, ocasionando um aumento na taxa de abandono escolar. Essa dificuldade faz com que o jovem enxergue a escola como um espaço estranho que não pertence a ele. Assim, podemos perceber através de uma visão superficial que esses jovens são futuros dados que estarão figurando entre aqueles que não estão no espaço escolar e nem no mercado de trabalho.

Através desse ponto de vista, os jovens pertencentes a essa geração, acabam por ser uma preocupação por parte do Estado. Primeiro pelo fato de alimentarem dados que irão expor a defasagem das políticas educacionais que não conseguem êxito na inserção do jovem nas escolas. Segundo por não responderem às expectativas do mercado quando precisam de mão-de-obra para suprir a necessidade exigida pelo aumento de produção. E por último, por não poderem localizar esses jovens em nenhuma dessas duas instituições – escola e trabalho – acaba por não exercerem sobre eles os mecanismos de controle, se tornando um fator preocupante na manutenção do poder no que diz respeito às relações estabelecidas entre Estado e povo.

A juventude contemporânea deve ser observada a partir de fatores motivadores na construção e estigmas que marcam esse período da vida. As dualidades no ser jovem são analisadas ao longo da história nas relações sociais no Brasil. O reconhecimento com o ser jovem pelo próprio ator social é algo difícil e mostra o quanto os conflitos são cada vez mais decisivos para o entendimento dessa geração. Os fatores históricos de construção da

identidade enquanto jovem devem ser situados a partir do sentimento de pertença e suas identificações, seus impedimentos, potenciais e práticas ativas na sua condição de jovem.

No século XXI as atenções passam a ser dobradas para essa etapa da vida, pois em todos os espaços sociais, a presença decisiva desse grupo passa a influenciar os rumos e impactos que irão ocorrer. Refletir sobre a juventude no Brasil é identificar a que lugar esse jovem pertence, não só a materialidade, mas também ao lugar de fala a que cada grupo de jovens pertencem. Entender esse local de fala é possibilitar o reconhecimento do potencial a que essa localidade oferta ao jovem, em meio às experiências trazidas, e seu pertencimento ao seu lugar.

Para a corrente «classista», em contrapartida, a origem social dos jovens⁷⁸ seria a variável determinante da segmentação do mercado de trabalho. Os jovens fraccionar-se-iam entre os «profissionalmente inseridos» e não o seriam de forma idêntica) e os «condenados a tempos livres forçados » (e entre estes haveria que distinguir os sujeitos a um desemprego forçado dos sujeitos a um emprego precário)⁷⁹. Na base dessa segregação estariam, contudo, razões derivadas da condição social ou da pertença de classe dos jovens. Neste caso, haveria bastante mais competição do que segregação entre jovens e adultos da mesma condição social⁸⁰. (PAIS, 1990, p. 162)

A compreensão do ser jovem ultrapassa um conceito e por isso a dificuldade de caracterizar esse grupo por vários profissionais, teóricos e estudiosos, porém os papéis atribuídos irão nortear o entendimento para a busca da identidade do jovem. A estrutura a qual ele faz parte entra em confronto com a percepção de si mesmo, e seus comportamentos serão influenciados pelo coletivo e suas confusões comportamentais. Pensando em nível global a Unesco (2004) sugere a faixa etária de 15 aos 29 anos por trazer características de transição, entre a adolescência e a fase adulta.

Buscando uma definição que sirva de parâmetro para nossa análise conceitual sobre juventude e sua situação geracional, direciona-se a um pressuposto científico. A fase da juventude já se refere às vivências sociais e legais para a identidade, assumindo papéis de transição para a fase adulta. Nesse sentido, a concepção de valores ligadas a tomadas de decisões, se tornam cada vez mais presentes para o processo de desenvolvimento obrigatório impostos nas relações sociais e na constituição identitária de aspectos políticos.

Esses aspectos políticos estão vinculados a construção da visão de mundo do jovem, que irá influenciar na sua forma de perceber a sociedade, para assim assumir papéis perante aos tipos de sociabilidade, mercado de trabalho e tudo aquilo que servirá de articulação para a formação de sua vida.

O pensar a juventude no século XX, traz uma tendência no investimento da formação profissional, marcada pelo tecnicismo que visa apenas o mercado de trabalho, incentivando ao entendimento de que a juventude daria sentido a inserção no mundo do trabalho.

Para a corrente «geracional», a dimensão mais importante da segmentação do mercado de trabalho é a idade⁷⁴. Os jovens teriam maiores dificuldades de inserção profissional⁷⁵ porque as vias de acesso ao desemprego difeririam das dos adultos; os que abandonam o ensino passariam habitualmente ao desemprego antes de conseguirem emprego, o que explicaria uma maior probabilidade, momentânea que fosse, de desinserção profissional⁷⁶. A tendência para a diminuição dos trabalhos a tempo inteiro poderia também acentuar uma concorrência no mercado de trabalho entre jovens e mulheres⁷⁷. (PAIS, 1990, p. 162)

Antes de adentrarmos nessa especificidade do mundo do trabalho e da formação profissional para o jovem, é importante fazer apontamentos sobre como os jovens são percebidos dentro de análise geracional. A juventude traz consigo uma ideia de desordem, rebeldia, processo transicional ou até mesmo alienados e a margem da vida social. O ordenamento contemporâneo aponta a juventude como uma ameaça à estrutura preestabelecida. A necessidade de docilizar os corpos jovens vem da inserção desse grupo na manutenção das estruturas que regem a sociedade. Uma juventude vulnerável é mais fácil de ser explorada aos interesses da lógica de mercado.

A disciplina assim fabrica corpos submisso e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

O modelo neoliberal traz o consumo com fator motivador para a construção de valores e estilos de vidas. O consumismo parece estar mais presente na vida adulta, porém a apropriação por parte da juventude a essas necessidades impostas pelo sistema, inclinam o interesse de cada vez mais rápido buscar construir esses padrões, o que faz muitas vezes, os jovens se afastarem da formação intelectual e adentrar cada vez mais cedo no mercado de trabalho.

Essa inserção gera uma patologia social, pois com o aumento da procura no mercado de trabalho acaba por evidenciar a baixa oferta de vagas. A juventude perde a capacidade de racionalização e percepção, se alienando e sendo colocado em uma perspectiva homogênia,

em que o jovem é tratado como apenas um mero reprodutor de um sistema de exploração, sem se dar conta de suas buscas particulares, sem saber sobre si mesmo.

Com isso podemos perceber a construção da juventude sob uma perspectiva heterogênea, partindo do contexto em que a sociedade constitui múltiplas formas de enxergar os jovens baseadas em estereótipos, contextos históricos, diversidade de gênero, etnia, classe social, etc. Por isso, a utilização do termo ‘juventudes’, em sua pluralidade, serve como entendimento da multiplicidade dessa categoria.

Este olhar permite reconhecer a heterogeneidade do juvenil a partir das diversas realidades cotidianas nas quais se desenvolvem as distintas juventudes. Desta maneira, possibilita, por sua vez, assumir que no período juvenil têm plena vigência todas as necessidades humanas básicas e outras específicas, motivo pelo qual faz-se necessário reconhecer tanto a realidade presente dos jovens como sua condição de sujeitos em preparação para o futuro. (LEON, 2005, p. 14).

A constituição da juventude articulada às transformações sociais, reestabelece novos ordenamentos sociais, rompendo com paradigmas e possibilitando ao jovem refletir sobre si mesmo e sobre o contexto ao qual está inserido. ABRAMO (2005, p. 22) diz que “a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios”. Reconhecer o jovem como sujeito ativo no processo da luta por direitos o coloca como protagonista da sua própria história. Porém, isso esbarra nos interesses da manutenção do sistema proposto pelo neoliberalismo.

O neoliberalismo, como teoria política-econômica, ganhou força a partir da virada dos anos de 1960 para a década seguinte e se espalhou rapidamente por todo o mundo. A “dignidade” e a “liberdade” individual foram os ganchos dessa conjectura, até então limitadas pela intervenção constante do Estado Providência, ou Estado do Bem Estar Social⁴ que provia e controlava, mas que iniciou sua descredibilidade a partir do fim da grande onda expansionista do momento de “glória do capitalismo”. (SANTOS, 2017, p. 27)

A condição do ser jovem na atualidade, as discussões acerca da situação geracional, revelam conteúdos específicos e que ocasionam grandes impactos sociais. Apesar dos recortes feitos quanto ao espaço e tempo, variarem no país e de instituição para instituição que busca levantar dados sobre as problemáticas da juventude, de forma geral, é aceita a faixa etária que compreende dos 15 aos 24, quando se trata de discussões trazidas para o campo educacional.

Os marcos etários que são usados para abordar este período, referência usada para análises demográficas e definição dos públicos de políticas variam muito de país

⁴ Importante registrar que Sérgio Lessa (2013) indaga que talvez nunca tenha existido Estado de Bem Estar Social, mesmo em determinados países.

para país, de instituição para instituição. Mas de forma geral existe hoje uma tendência, no Brasil, baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais (como o IBGE), de localizar tal franja etária entre os 15 e 24 anos, considerando, é claro, a existência de profunda variação de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais dos indivíduos concretos. (FREITAS, 2005, p. 7)

Na psicologia, é comum referenciar essa fase inicial como adolescência, que também é motivado de maneira legal por estatutos e outras ferramentas do campo jurídico. Já na sociologia ou estudiosos que vão buscar categorizar essa geração em contexto histórico, ou enquanto agentes no espaço público, o que se usa mais é o termo juventude.

Um debate público iniciado na década de 1980 e que acaba se estendendo até o século XXI, sobre o termo adolescência, traz um forte movimento social em defesa dos direitos referentes às crianças e adolescentes, trazendo assim uma percepção sobre esses grupos, entendendo que deve haver uma proteção e cuidados. Tivemos como resultado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no ano de 1990, uma legislação que entende esses sujeitos de direitos, compreendidos na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade, compreendendo a maioridade legal como referência ao início da juventude. Foram de grande importância na busca de garantias de políticas públicas e programas específicos para o atendimento as necessidades dessa população.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), legislação resultante desta luta, avança profundamente a compreensão sobre as crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade, quando então se atinge a maioridade legal; tornou-se uma ampla referência para a sociedade, desencadeando uma série de ações, programas e políticas para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos. (FREITAS, 2005, p. 7)

Os impactos puderam ser percebidos por conta de ações públicas do Estado, como também Organizações Não Governamentais, que começaram a desenvolver trabalhos voltados a esse público, fazendo com que vários movimentos incorporassem essa luta em suas pautas de reivindicações, principalmente, no tocante à educação.

Com esse aparato legal, a discussão sobre juventude perde destaque, produzindo rapidamente, a necessidade no início dos anos 90, de uma discussão séria que voltasse às temáticas dos movimentos sociais. O problema vivenciado com a crise do trabalho acarreta na dificuldade da inserção e integração do jovem originando fenômenos de exclusão, o que mostra uma conjuntura que desfavorece a essa geração, influenciando no aumento da violência e no processo de marginalização.

A crise por que passa o capitalismo neste fim de século, a manutenção das profundas desigualdades, agora ampliadas entre o hemisfério Norte e Sul, e o tormento do aumento exponencial do desemprego estrutural, precarização do trabalho sob a denominação de flexibilização e a emergência da sociedade dos três terços (ALLIEZ, 1998), põem “o rei a nu” e mostram que os críticos do capital humano tinham razão. (FRIGOTTO, 2013, p. 38)

Então uma situação geracional é criada em que o jovem não consegue planejar um projeto de vida, já que as condições ofertadas não dão suporte para isso, pois a preocupação maior nessa fase é o processo de transição para a vida adulta, já que se transfere essa condição, tendo em vista que a criança e o adolescente não caracterizam essa emergência.

Nessa perspectiva, o tema juventude, passa a ganhar destaque, pois se torna uma nova problemática política no país, fomentando a necessidade de levantar dados, diagnosticar e buscar resolução no campo político. Sendo assim, a noção de juventude passa a se tornar ampla, e quando categorizada acaba por ganhar vários tipos de recortes.

Dentro das discussões atuais no que se refere às políticas públicas, refere-se a entender dois momentos do período que compreende a juventude. A *adolescência* seria a primeira fase (tendo por base o ECA, dos 12 aos 17 anos) e a *juventude* propriamente dita, pós maioridade legal.

Por isso, é importante especificar e categorizar, para que se possa garantir a diferenciação e realizar estudos que identifiquem as várias faces que compõem as nossas “juventudes”, buscando ampliar a luta por garantias de políticas públicas que garantam seus direitos.

A juventude é alvo dos impactos das reformas feitas nos últimos anos. Alguns dados já demonstravam nas primeiras décadas do século XXI, a perda de entusiasmo e projetos de vida que refletissem positivamente no seu desenvolvimento.

Pensar o tempo enquanto categoria se remonta as experiências, pois cada recorte temporal identifica os indivíduos a partir de seu comportamento, escolhas e ações. A relação entre passado, presente e futuro, geram os vários olhares para as dicotomias que o sujeito enfrenta e produz seu próprio destino.

Sendo assim, para uma análise da juventude, temos como referencial o tempo presente e suas implicações para com a contemporaneidade. É importante considerar nessa análise, os impactos gerados por uma sociedade de relações incertas e necessidades imediatas influenciadas pela crise do trabalho e consumismo exacerbado de bens e produtos. Não há uma linearidade quanto à construção da autonomia, essa divisão em fases do desenvolvimento

da identidade do indivíduo quanto ser social acontece desde a formação educacional, a inserção no mundo do trabalho até chegar a se aposentar.

O consumismo de hoje, porém, não diz mais respeito à satisfação das necessidades — nem mesmo as mais sublimes, distantes (alguns diriam, não muito corretamente, ‘artificiais’, ‘inventadas’, ‘derivativas’) necessidades de identificação ou a auto-segurança quanto à ‘adequação’. (BAUMAN, 2001, p. 88)

Entendendo um processo complexo e desigual em que a sociedade se apresenta, os jovens enfrentam os desafios postos em vários cenários. Porém, para o jovem que necessita estar dentro do mercado de trabalho, esse cenário ainda se coloca bem mais desfavorável, pois as condições dadas de escolhas e oportunidades são limitadas. Deve ser levado em consideração o processo de globalização excludente, como também, as políticas adotadas pelo neoliberalismo que evidenciam as desigualdades em detrimento a política do liberalismo clássico que visava a igualdade (FRIGOTTO, 2013).

O tempo social não está condicionado às experiências lineares e sim num desordenamento propositado pela conjuntura em que o jovem está inserido. Sua linha do tempo é influenciada pela necessidade gerada, e essas, influenciam suas ações e escolhas, tornando assim um fator motivador de interpretarmos essa geração como a perda da capacidade de organizar e assumir um papel de protagonista na sua vida.

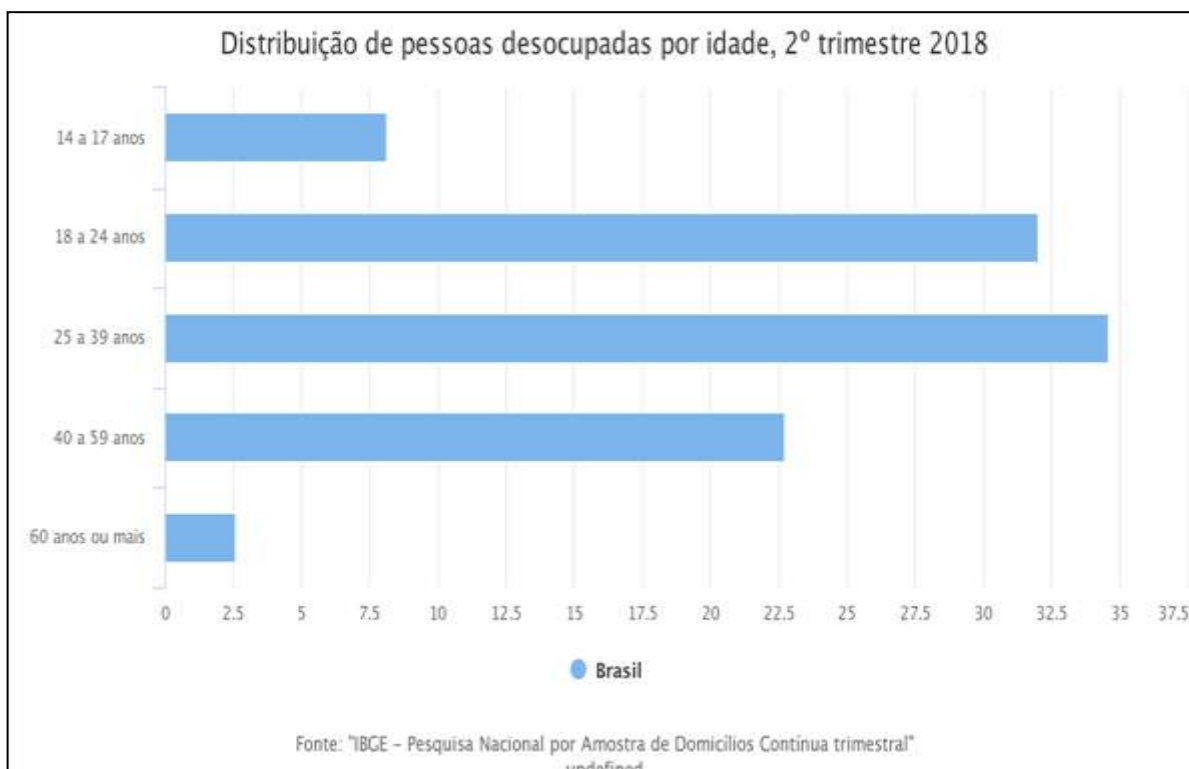
Com isso, é evidenciado que a trajetória linear do jovem não se apresenta como regra, sendo uma exceção, já que o tempo social não possibilita de forma equânime garantia da vivência de cada fase para o jovem. Por isso, as instituições sociais em que o jovem irá construir suas experiências fragilizarão os vínculos com o tempo social, pois a relativização dessas experiências não garante que as mesmas possam ser vivenciadas tais quais os jovens queiram vivenciar. É a partir dessa análise, que encontramos elementos possíveis para entender a ligação dos fatores que constituem o tempo social vivenciado por essa geração.

Ao mesmo tempo em que houve o surgimento de mais oportunidades quanto à preparação para os desafios proporcionados pelo sistema em que vivemos, esses jovens demonstram vulnerabilidade se tornando alvos da pressão do mundo do trabalho sem conseguir esboçar reação e sem tentar mudar o estado atual das coisas.

Abaixo, temos duas tabelas comparando dados coletados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A Tabela 1 se refere a um contexto nacional. Nela podemos perceber que o maior índice de desocupados está entre a faixa etária de 25 – 39

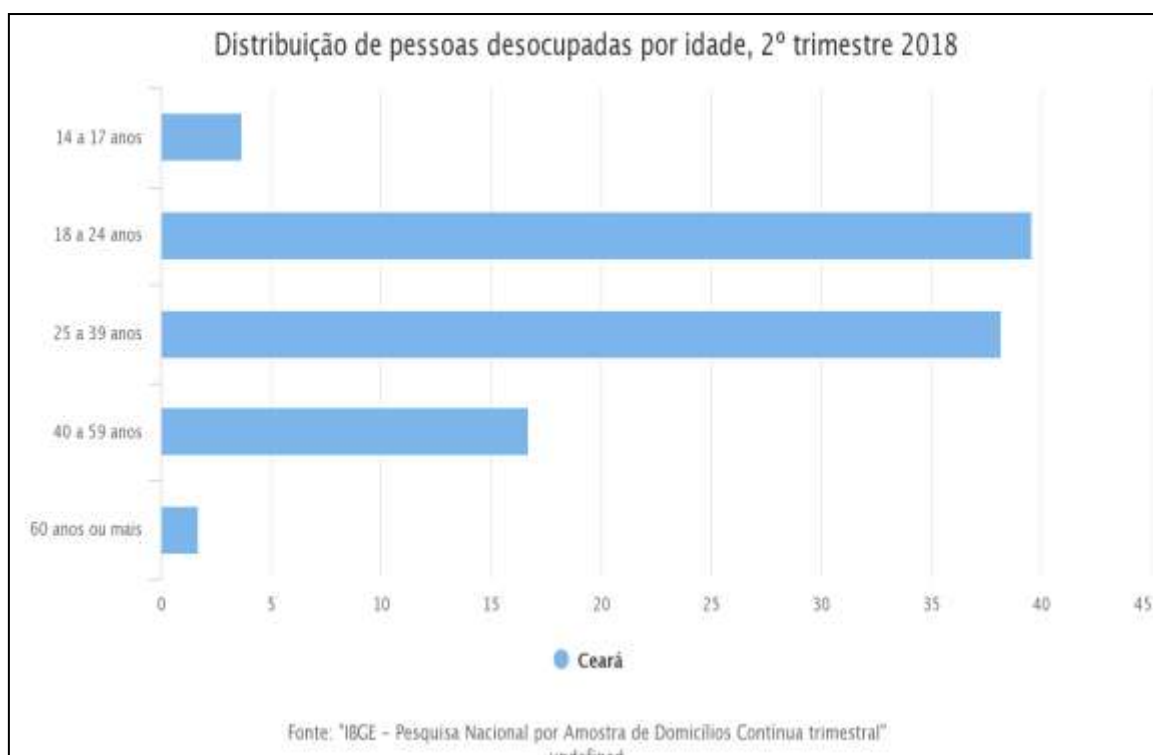
anos. Quando levamos em consideração o contexto de juventude analisada em consonância a situação geracional apontada, há um grande número de jovens que estão sem ocupação.

Gráfico 2 – Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 2º. Trimestre de 2018



Fazendo um comparativo do Gráfico 2 com o Gráfico 3, percebemos que o índice referente ao maior número de desocupados no que se refere ao Ceará, está na faixa etária de 18 – 24 anos. Esses dados vão de acordo com o estudo feito pelo **IPECE Informe - Nº 135 - Outubro/2018**, que a vulnerabilidade socioeconômica dos jovens de 15 a 24 anos de idade que nem estudam e nem trabalham tem aumentado.

Gráfico 3 – Distribuição de Pessoas desocupadas por idade – 2º. Trimestre – 2018



Essas características podem ser identificadas por estudiosos da área como *geração nem-nem*, estereotipadas pela rejeição à formação educacional e ao mercado de trabalho. Um dos pontos a serem destacados é a diferença de atitude em relação à juventude que foi confrontada com a realidade, que lhe negava o acesso a espaços elitizados, isso fez com que saísse de zona de conforto e lutassem pela inserção em realidade que não os pertenciam. Porém, os filhos dessa geração caíram no comodismo, se assim podemos afirmar inicialmente, que se torna um espaço para refletirmos a falta de criticidade e politização, trazendo marcas do conservadorismo que os distanciam da emancipação, fazendo com que essa geração se torne reprodutora de uma consciência que não os pertencem.

A juventude atual enfrenta uma pior perspectiva em relação ao nível de vida que seus pais enfrentaram. Muitos não têm projetos e sequer se sentem motivados a traçar metas e construir um projeto de vida.

Ao mesmo tempo em que anseiam demonstrar uma maturidade em que buscam transparecer um preparo e satisfação com suas escolhas, se mostram vulneráveis e perdidos, pois se tornam alvos de um mercado de trabalho agressivo, restrito e explorador, sem possibilidade de inserção, e quando a inserção acontece, não conseguem mais se perceber para

além daquele espaço e não conseguem romper com essas amarras. Essa atitude passa a ser analisada através de um termo atribuído a esses jovens os “nem-nem”, que é caracterizada pela negação simultânea ao estudo e ao trabalho.

Um dos fatores observados é que uma parcela dessa geração de jovens cresceu em um ambiente familiar que apresentava uma melhoria nas condições de vida, pelo aumento da oferta de emprego, porém com os impactos do subemprego e a falta de valorização à formação, o número de jovens que fazem parte da geração nem-nem aumentou.

O crescente número de jovens entre 15 e 29 anos que não estão estudando e nem trabalhando vem crescendo anualmente. No Ceará, em 2017, aqueles que se encontram entre a faixa etária de 18 e 24 anos, ocupam um maior número de jovens dessa geração, chegando a 677 mil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada pelo IBGE em 2018, e apresentado no Ipece/Informe (nº 135 – outubro/2018). É importante destacar que este IPECE inaugura uma série de estudos trimestrais sobre a juventude, a qual acompanhará o público “nem-nem” e as condições dos jovens no mercado de trabalho.

A proporção de jovens na condição de “Nem-Nem” atinge seu ápice entre os 19 e 21 anos idade, quando as proporções chegam a superar os 40% aos 21 anos de idade. A transição do jovem para o mercado de trabalho se intensifica após a maioridade, quando a proporção daqueles que possuem alguma ocupação salta de 15% aos 17 anos para 25% aos 18 anos. No entanto, aos 24 anos de idade, quase 35% dos jovens não estudam e não trabalham; 48% somente trabalham; 10% estudam e não trabalham; e outros 8% somente estudam. Aos 29 anos de idade, quando o jovem deveria apresentar um maior nível de capital humano e de experiência no mercado de trabalho, desempenhando sua produtividade máxima, 33% não estudam e não trabalham no estado do Ceará. Em resumo, o fenômeno social do “Nem-Nem” é persistente não somente no início da juventude como também na fase pré-adulta entre os jovens cearenses. (CEARÁ, 2018, p. 6)

No processo de transformação nas sociedades ocidentais, o trabalho passa a ser uma ferramenta para classificar as pessoas. As transformações profundas do capitalismo trouxeram perspectivas desfavoráveis ao trabalho. Os ideais capitalistas instituem no trabalho um modo de realização individual e social. Porém, a deterioração, a exploração e as péssimas condições de trabalho contradizem esse modelo.

Na sociedade contemporânea, o fantasma do desemprego e as precárias relações estabelecidas no mercado de trabalho, principalmente após o ataque às leis trabalhistas através de uma reforma desastrosa – lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 – resultam em práticas como a terceirização e as atividades informais, gerando incertezas e instabilidades para os trabalhadores. Os jovens passam a ser os mais afetados pela precariedade do trabalho.

4. A GERAÇÃO NEM–NEM EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DE DADOS.

O Projeto instituído foi desenvolvido em escolas de Ensino médio no Estado do Ceará. No caso em estudo trazemos a experiência vivida pela comunidade escolar de uma instituição localizada na cidade de Iguatu – Ceará.

A Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, localizada na Rua Amália Brasil, s/n, Vila Moura, Iguatu-Ceará, Centro Sul do estado, principal polo econômico da região. O nome da Escola foi denominado na Assembleia Legislativa através da Lei 15.418/2013 de autoria da então Deputada Mirian de Almeida Rodrigues Sobreira⁵ que fez uma homenagem a Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, estudante do 3º ano no Colégio Pólos, que no ano de 2007 foi vítima de latrocínio. A escola tem orgulho da denominação por ser talvez a primeira ou a única escola que faz homenagem a um estudante onde na maioria titulariza nomes de políticos e demais familiares.

O pensamento sobre educação e formação humana tem se transformado significativamente nos últimos anos no Brasil e, mais especificamente, no estado do Ceará através do sistema integrado de ensino contemplado nas escolas estaduais de educação profissional, esse pensamento é propositivo desse modelo de escola, porém adotado com viés mercadológico e capitalista. As EEEPs no estado do Ceará têm realizado transformações com sua nova forma de preparar o(a)s estudantes observando pilares de grande relevância que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Porém há inúmeras críticas quanto a esses pilares, onde aponta que na verdade é uma forma de limitar o estudante a questões básicas e serem meros “apertadores de botões”, deixando de lado a formação de um ser crítico. Agregado a tudo isso remonta-se o pensamento de ensino-aprendizagem baseado na TESE – Tecnologia Empresarial Sócio-educacional, que influenciada pela TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht, que por sua vez serve aos interesses do capital estrangeiro e formulação de práticas que sirva apenas para formar mão de obra precária e barateada.

A EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro é a 105ª de um total de 122 escolas no cenário cearense. A escola teve suas atividades iniciadas em fevereiro de 2014, com uma matrícula inicial de 150 alunos organizados em 04 turmas dos cursos de Técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Finanças e Móveis funcionando provisoriamente no prédio do

⁵ Deputada Estadual do Ceará de 1º de janeiro de 2011 à 1º de janeiro de 2015 pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, e de 1º de janeiro de 2015 à 1º de janeiro de 2019 pelo Partido Republicano da Ordem Social – PROS.

CEJA Gov. Luis Gonzaga Mota, passando 04 meses neste espaço e em junho do mesmo ano mudou-se para o prédio padrão/MEC, que ainda encontrava-se em fase de conclusão, com capacidade para atender até 540 estudantes, pois conta com 12 salas de aula (climatizadas), setor administrativo, laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática, Informática, Línguas e três laboratórios especiais para os cursos de Edificações, Eletrotécnica e Móveis. A escola tem ainda biblioteca, sala dos professores, auditório, anfiteatro, quadra poliesportiva e refeitório.

A proposta pedagógica integra a reorganização curricular do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no âmbito da secretaria de Educação do Estado do Ceará. A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, criando a possibilidade legal e necessária aos jovens iguatuuenses de assegurar-lhes a formação geral e o desenvolvimento da habilidade profissional no Ensino Médio.

O Projeto Político Pedagógico está intrinsecamente relacionado às diretrizes nacionais, normas, regulamentações e orientações curriculares e metodológicas originadas nos diversos níveis do sistema educacional, bem como está baseado nas orientações do Regimento Interno da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, como também, às práticas e às necessidades dos vários sujeitos da comunidade escolar (professores, alunos, demais funcionários, pais, associações comunitárias, etc.) que constantemente criam novas práticas e dinâmicas de trabalho pedagógico visando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem para uma perspectiva democrática, dinâmica e participativa, onde todos os sujeitos interajam na escola e/ou fora dela, colocando em prática o exercício de sua cidadania. Funciona em horário integral, onde o aluno entra às 07h10min e sai às 16h40min, oferecendo o ensino médio integrado ao ensino profissional em quatro cursos: Edificações, Eletrotécnica, Finanças e Móveis.

Possui também um currículo comum a todas as escolas profissionais da rede estadual do Ceará, integrando o ensino médio à formação profissional, trabalhando as áreas do conhecimento, como Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática de forma integrada ao eixo profissional: disciplinas específicas da formação profissionalizante. Ainda também estão contempladas no currículo as Atividades Complementares, que têm por objetivo promover uma formação plena do estudante no âmbito, humano, acadêmico e profissional. Na parte diversificada do currículo, a escola oferece um curso de Empreendedorismo aos alunos do 1º ano. Dispõe de um Laboratório de Ensino de Informática, trabalha com diversos programas educacionais e conta com o cinturão

digital. A visão constituída pela escola demonstra um olhar romantizado em que é necessário uma criticidade, já que muitos jovens acabam por não terminar o ensino médio nessas escolas.

Fotos da Estrutura da Escola.



Foto: Fachada da escola. (Elaborada pelo autor)



Foto: Fachada da escola. (Elaborada pelo autor)



Foto: Pátio localizado no térreo da escola que dá acesso aos laboratórios, sala dos professores e salas referente a gestão. Primeiro andar, onde ficam localizadas as salas de aulas. (Elaborada pelo autor)



Foto: Parte externa do prédio referente as salas de aulas, laboratórios da base comum, banheiros, gestão, secretaria, biblioteca e auditório. (Elaborada pelo autor)



Foto: Refeitório e Quadra esportiva. (Elaborada pelo autor)



Foto: Prédio onde estão os laboratórios especiais da base técnica. (Elaborada pelo autor)

A escola tem como visão de futuro ser escola de excelência no ensino médio integrado de educação profissional no estado do Ceará, comprometida com a formação integral, com valores éticos e humanos, consciência social, crítica, conhecimentos técnicos e mentalidade empreendedora e protagonista. A missão é formar educandos, visando o desenvolvimento do ser, da cidadania, fornecendo-lhes condições para progredir nos estudos posteriores e na qualificação profissional. Essa é uma definição dada pela instituição em seus documentos.

Dentro dos seus eixos tecnológicos, os cursos apresentam suas matrizes curriculares divididas em:

- Formação Geral: São as disciplinas referentes à Base Comum da Educação Básica no ensino médio.
- Formação Profissional: São as disciplinas referentes ao Curso Técnico.
- Parte Diversificada: São as disciplinas complementares para formação pautada na realidade da instituição e seus estudantes.

Os cursos, ofertados pela escola em questão apresentam as seguintes matrizes:

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP

EIXO TECNOLÓGICO: **INFRAESTRUTURA**

CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM **EDIFICAÇÕES**

TURMAS INICIADAS EM **2017; 2018; 2019.**

FORMAÇÃO GERAL													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Língua Portuguesa	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
Artes	1	20	1	20									40
Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Matemática	6	120	5	100	3	60	2	40	2	40	2	40	400
Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Física	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260

Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
SUBTOTAL	27	540	25	500	21	420	20	400	19	380	19	380	2.620

FORMAÇÃO PROFISSIONAL													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Informática Básica	3	60	2	40									100
Introdução ao Curso Técnico e Ética Profissional			2	40									40
Desenho Técnico			5	100									100
Mecânica dos Solos			4	80									80
Higiene e Segurança do Trabalho					2	40							40
Canteiro de Obras					3	60							60
Locação Topográfica					2	40							40
Materiais de Construção					4	80							80
Resistência dos Materiais					3	60							60
Desenho Arquitetônico I					4	80							80
Projeto de Estrutura							4	80					80
Projeto Hidrossanitário I							3	60					60
Projeto Elétrico I							2	40					40
CAD							3	60					60
Patologia das Construção							3	60					60
Meio Ambiente e a Sustentabilidade na Construção									2	40			40
Desenho Arquitetônico II									2	40			40
Projeto Hidrossanitário II									2	40			40
Projeto Elétrico II									3	60			60
Especificações e Orçamentos									4	80			80

Técnicas de Construções									3	60			60
Estágio Curricular											15	300	300
SUBTOTAL	3	60	13	260	18	360	15	300	16	320	15	300	1.600

PARTE DIVERSIFICADA													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Horário de Estudo I	2	40			1	20	2	40	2	40	2	40	180
Horário de Estudo II	2	40					1	20	1	20	1	20	100
Projeto de Vida	3	60	3	60	1	20	1	20	1	20			180
Oficina de Redação					1	20	1	20	1	20			60
Empreendedorismo	2	40	2	40									80
Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Projetos Interdisciplinares I	2	40			1	20	2	40	2	40	2	40	180
Projetos Interdisciplinares II	1	20					1	20	2	40			80
Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
Preparação e Avaliação da Prática de Estágio											5	100	100
SUBTOTAL	15	300	7	140	6	120	10	200	10	200	11	220	1.180
TOTAL GERAL	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP

EIXO TECNOLÓGICO: **CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS**

CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM **ELETROTÉCNICA**

TURMAS INICIADAS EM **2017; 2018; 2019.**

FORMAÇÃO GERAL													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL

DISCIPLINAS	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Língua Portuguesa	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
Artes	1	20	1	20									40
Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Matemática	5	100	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	380
Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Física	3	60	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	280
Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
SUBTOTAL	26	520	25	500	21	420	21	420	19	380	19	380	2.620

FORMAÇÃO PROFISSIONAL													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
DISCIPLINAS	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Informática Básica	3	60	2	40									100
Introdução ao Curso e Ética Profissional			2	40									40
Gestão da Qualidade			2	40									40
Higiene e Segurança do Trabalho			2	40									40
Desenho Técnico			2	40									40
Energias Alternativas					2	40							40
Lógica de Programação					2	40							40
Estudo de Materiais					3	60							60
Desenho Assistido por Computador					3	60							60

Correntes Elétricas					5	100							100
Controlador Lógico Programável							2	40					40
Máquinas Elétricas I							3	60					60
Eletrônica Analógica							3	60					60
Eletrônica Digital							3	60					60
Instalações Elétricas de Baixa Tensão							3	60					60
Comandos Elétricos Industriais							4	80					80
Automação Industrial									2	40			40
Gestão da Manutenção Elétrica									2	40			40
Eletrônica de Potência									3	60			60
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia									4	80			80
Máquinas Elétricas II									4	80			80
Estágio Curricular											15	300	300
SUBTOTAL	3	60	10	200	15	300	18	360	15	300	15	300	1.520

PARTE DIVERSIFICADA													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
DISCIPLINAS	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Horário de Estudo I	2	40	2	40	2	40	1	20	2	40	2	40	220
Horário de Estudo II	2	40			1	20			2	40	1	20	120
Projeto de Vida	3	60	3	60	1	20	1	20	1	20			180
Oficina de Redação					1	20	1	20	1	20			60
Empreendedorismo	2	40	2	40									80
Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Projetos Interdisciplinares I	2	40	1	20	2	40	1	20	2	40	2	40	200
Projetos Interdisciplinares II	2	40							2	40			80
Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
Preparação e Avaliação da Prática de Estágio											5	100	100

SUBTOTAL	16	320	10	200	9	180	6	120	11	220	11	220	1.260
TOTAL GERAL	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP

EIXO TECNOLÓGICO: **GESTÃO E NEGÓCIOS**

CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM **FINANÇAS**

TURMAS INICIADAS EM 2017; 2018; 2019.

FORMAÇÃO GERAL													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Língua Portuguesa	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
Artes	1	20	1	20									40
Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Matemática	6	120	5	100	3	60	2	40	2	40	2	40	400
Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Física	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
SUBTOTAL	27	540	25	500	21	420	20	400	19	380	19	380	2.620

FORMAÇÃO PROFISSIONAL													
COMPONENTES	1º ANO				2º ANO				3º ANO				

CURRICULARES/ANO													
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
DISCIPLINAS	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Informática Básica	3	60	2	40									100
Introdução ao Curso Técnico e Ética Profissional			2	40									40
Noções de Administração			2	40									40
Introdução à Economia			2	40									40
Contabilidade Básica			3	60									60
Contabilidade de Custos					2	40							40
Matemática Financeira					3	60							60
Legislação Empresarial e Tributária					3	60							60
Administração do Capital de Giro					2	40							40
Mercado de Capitais							2	40					40
Informática Aplicada à Gestão Financeira							3	60					60
Administração Financeira							3	60					60
Contabilidade Gerencial							2	40					40
Plano de Negócios									2	40			40
Finanças Públicas									2	40			40
Auditoria e Controladoria									2	40			40
Estágio Curricular											15	300	300
SUBTOTAL	3	60	11	220	10	200	10	200	6	120	15	300	1.100

PARTE DIVERSIFICADA													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO		1º ANO				2º ANO				3º ANO			
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
DISCIPLINAS	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Horário de Estudo I	3	60	2	40	3	60	3	60	4	80	2	40	340

Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Matemática	6	120	5	100	3	60	2	40	2	40	2	40	400
Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Física	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
SUBTOTAL	27	540	25	500	21	420	20	400	19	380	19	380	2.620

FORMAÇÃO PROFISSIONAL													
COMPONENTES CURRICULARES/ANO	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
Informática Básica	3	60	2	40									100
Introdução ao Curso Técnico e Ética Profissional			2	40									40
Metrologia			2	40									40
Desenho Técnico Básico			3	60									60
Design de Móveis			2	40									40
Higiene, Segurança do Trabalho e Ergonomia					3	60							60
Materiais					3	60							60
Botânica, Anatomia e Secagem da Madeira					3	60							60
Química Aplicada a Indústria da Madeira					3	60							60
Meio Ambiente e Indústria					2	40							40
Gestão da Qualidade					2	40							40
PCP e Custos							4	80					80
Manutenção Industrial							3	60					60
Leitura e Interpretação de Projetos de Móveis							2	40					40
Máquinas, Equipamentos e							3	60					60

Sua atual equipe consta de profissionais qualificados, 22 professores da Base comum e 08 professores técnicos, 05 Educadores de Limpeza e 05 Educadores da Cantina, 02 auxiliares administrativos, 04 vigilantes e 06 integrantes do Núcleo Gestor, tendo como diretora desde 2014 até a presente data a Senhora Eriglécia de Lima Matias. A matrícula atual é 471 alunos em tempo integral.

A inserção dos cursos de: Edificações, Eletrotécnica, Finanças e Móveis nessa instituição justifica-se por haver mercado satisfatório para esses futuros profissionais atuarem e, assim, desenvolverem ainda mais a situação econômica dessa região. Portanto, para o campo de estágio supervisionado e posterior inserção no mercado de trabalho. Sobre cada curso especificamente vale ressaltar abaixo a realidade local.

Curso Técnico em Edificações: Iguatu está no rol dos mercados cearenses mais efervescentes no setor da construção civil, devido a um conjunto de fatores favoráveis que engloba incentivos do governo, desenvolvimento da cidade, grandes investimentos privados e instalação de universidades. Tudo isso atrai mais pessoas que precisam de moradias. O curso de edificações vem para garantir a formação de profissionais para atender a essa demanda. A construção civil é um grande pólo gerador de empregos para trabalhadores de diversos níveis de formação, desde o operário mais simples, servente, até o profissional de nível superior, engenheiro e arquiteto, contando estes, com o apoio imprescindível do técnico de nível médio.

Curso Técnico em Eletrotécnica: Tendo em vista que a cidade de Iguatu está em acelerado processo de desenvolvimento econômico e apresenta condições de infraestrutura e localização privilegiadas, além de ser cidade pólo da região centro-sul cearense, sede de indústrias, comércios, serviços e centro universitário em crescimento, fatores que transformam a cidade em uma das mais atrativas para empresários de todo o Brasil, compreendendo que há inúmeras possibilidades de atuação e atividades desempenhadas pelo profissional Técnico em Eletrotécnica. A demanda de necessidade desse profissional na nossa cidade está fortalecida ainda pelo fato de que alunos igatuenses em anos anteriores procuravam pelo curso na cidade vizinha do Cedro-Ce.

Curso Técnico em Finanças: O profissional da área de Finanças trabalha em diversos setores das organizações privadas, públicas, financeiras e do terceiro setor. O campo de trabalho é amplo. É perceptível atualmente a mudança que vem ocorrendo e as necessidades das empresas e instituições e a qualificação torna-se inevitável para a manutenção no mercado de trabalho, maior ainda no caso da área de Finanças que cresce junto com a economia brasileira. As recentes pesquisas trazem as profissões relacionadas com a área como as mais procuradas e de melhores perspectivas futuras no Brasil. Como a atuação do Técnico em

Finanças é bastante ampla, esse profissional se faz necessário em todo tipo de empresa ou instituições financeiras locais.

Curso Técnico em Móveis: No curso Técnico em Móveis, é comprovado que existe um crescimento muito grande na produção de móveis na nossa cidade, onde atuam empresas de grande porte especializadas na produção de móveis, que são a Tubo Arte, Ampliato e a Madeform, que requer uma demanda considerável para inserção de profissionais qualificados nessa área de mercado. Além de grandes empresas, inúmeras microempresas no ramo são identificadas em Iguatu e região.

Na tabela apresentada abaixo, temos o início da matrícula referente aos dois inícios de ciclos e o número de estudantes que terminaram o ensino médio na Escola pesquisada. Esses dados são apresentados através do levantamento feito pelo Sistema Integrado de Gestão Educacional – SIGE-Escola, utilizado pela Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC-CE.

Tabela 2 – ESTATÍSTICAS DAS MATRÍCULAS

ANO INICIAL	MATRÍCULA	ANO DE CONCLUSÃO	MATRÍCULA
2015	180	2017	131
2016	180	2018	141

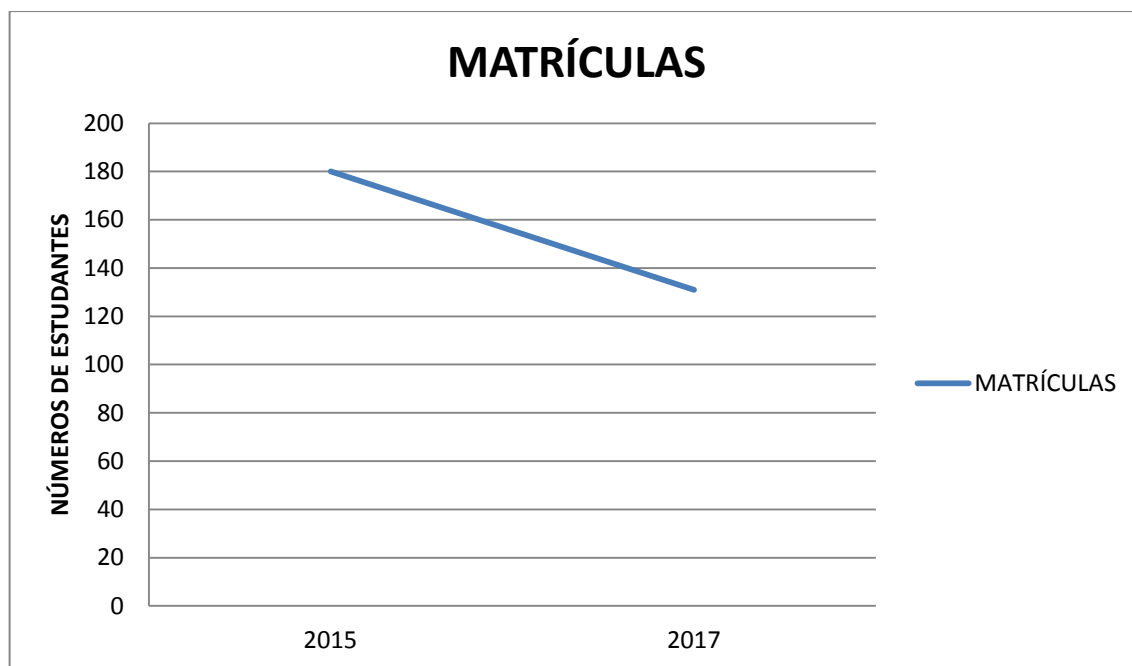
Fonte: SIGE-ESCOLA, SEDUC-CE, 2019.

De acordo com os dados de matrículas, podemos perceber um número considerado de alunos que não chegaram a conclusão do ensino médio na escola que iniciaram. Esses dados vão constar como alunos que se transferiram, pois não existe nenhum registro de abandono nesses anos referentes.

Contudo, um dos fatores que dificultam o entendimento sobre a geração nem-nem, é justamente não saber para onde esses jovens vão quando pedem sua transferência, antes de terminar o ensino médio. Para que não haja taxa de abandono, o aluno transferido deve se matricular em outra escola. Porém, isso não garante sua permanência e nem pode ser afirmado que irá ou não terminar o ensino médio.

Nessa análise temos uma queda na matrícula de 180 estudantes para 131, no ciclo que se refere à 2015-2017, tendo uma queda de aproximadamente 27,2% da matrícula inicial.

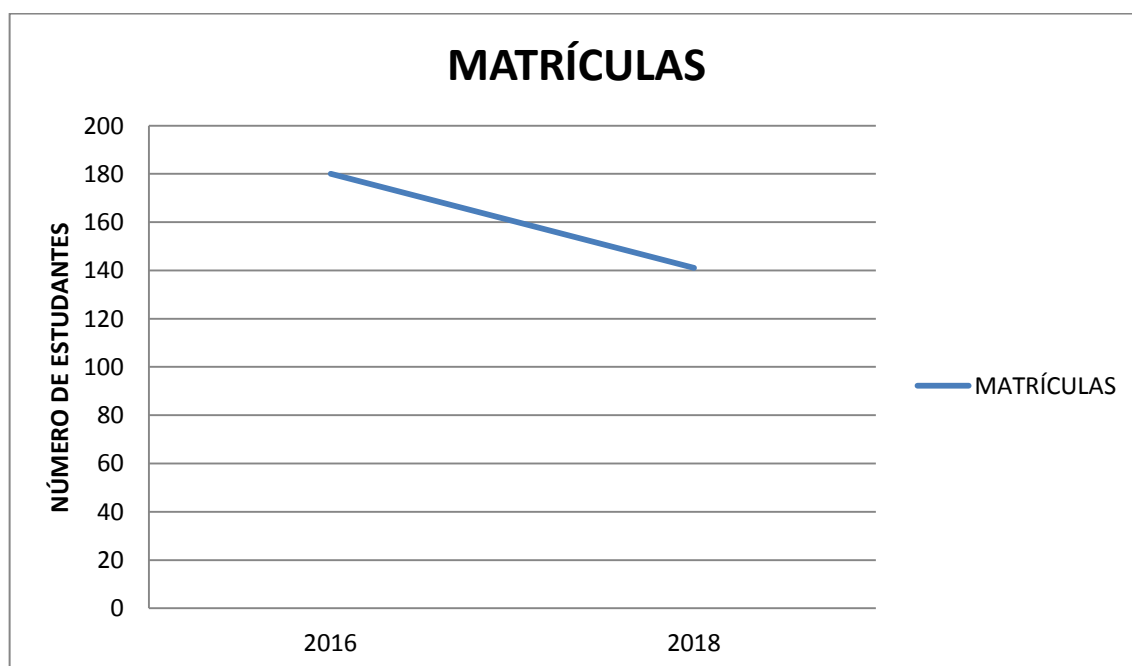
Gráfico 4



Fonte: SIGE-Escola, SEDUC-CE, 2019.

Nesse outro período analisado temos queda da matrícula de 180 estudantes para 131, no ciclo que se refere à 2016-2018, tendo uma queda de aproximadamente 21,6% da matrícula inicial.

Gráfico 5



Fonte: SIGE-Escola, SEDUC-CE, 2019.

Por mais que esse número tenha caído de um ciclo para outro, foi registrado no Estado do Ceará um crescimento da geração titulada “geração nem-nem”, pois os mesmos não dão continuidade aos estudos, ou os que finalizam os ciclos não conseguem entrar nas universidades ou no mercado de trabalho formal. Esses jovens são afetados diretamente pela crise econômica e pela falta de oferta de emprego, onde há uma quebra entre a formação escolar e a carreira profissional, seja ela técnica ou através da universidade. Vamos analisar quais são as dificuldades dos jovens que conseguem terminar o ensino médio juntamente com o nível técnico, mas que mesmo assim alimentam os dados dessa geração.

Dentre essas dificuldades o IPECE/Informe 2018 aponta que os motivos variam entre:

I – A falta de interesse;

II – A falta de dinheiro;

III – Gravidez ou cuidado com as crianças;

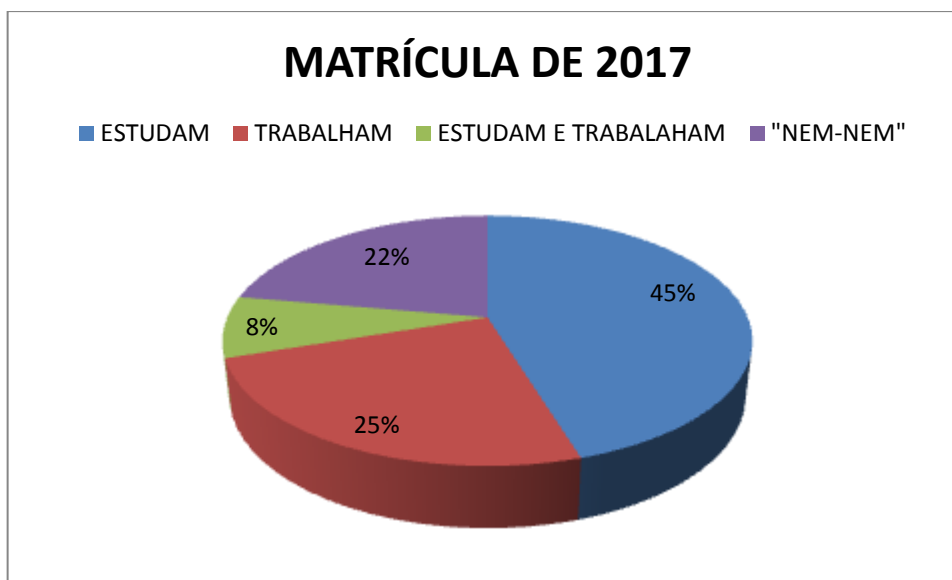
Segundo a pesquisa, esses três pontos foram os que tiveram mais destaques no incentivo a geração nem-nem, sendo que a falta de interesse é maior entre os jovens do sexo masculino, enquanto no sexo feminino além da falta de interesse, o segundo maior fator motivador é a gravidez ou cuidado com as crianças.

A maioria dos jovens, segundo o IBGE⁶, que estão nessa situação possui um nível de escolarização mais baixo, porém como podemos analisar nos dados levantados, essa dificuldade perpassa essa problemática e atinge também aos jovens, que deveriam estar mais aptos a ocupar tanto as vagas do mercado de trabalho, quanto as vagas nas universidades.

No primeiro ciclo analisado que compreende entre 2015-2017 temos um reflexo forte das discussões sobre os impactos dessa geração. O número de jovens que não se encontram no mercado de trabalho e também não estão nas universidades, ou com matrículas ativas em quaisquer outros cursos, não chegam a superar os índices daqueles que estão inseridos nas universidades, mas chama a atenção pois se aproxima do número daqueles que só trabalham.

⁶ IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>

Gráfico 6



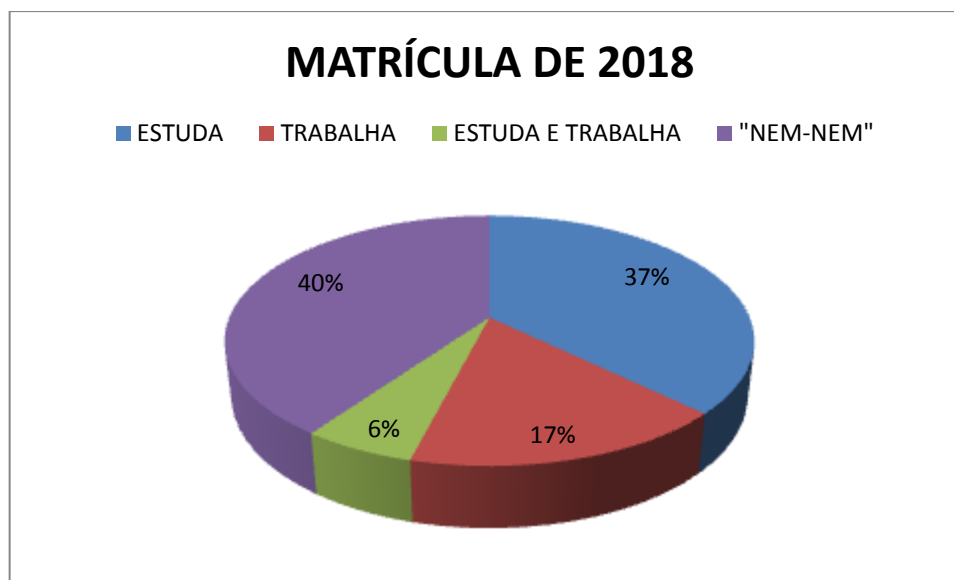
FONTE: Dados coletados pela secretaria da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro.

Esse primeiro ciclo analisado, irá sofrer os primeiros impactos pós Reforma Trabalhista, ou seja, aqueles que estão somente na universidade ainda não foram em busca do mercado de trabalho, podendo agravar futuramente um maior índice de pessoas desempregadas. Levando em consideração a diferença de níveis de formação, esses impactos poderão trazer novas implicações sobre a escolaridade e a importância do nível superior.

No ciclo que compreende 2016-2018, uma resposta imediata ao que já se anunciava sobre o aumento da geração nem-nem. No primeiro trimestre de 2019 foram levantados os números finais dos dois ciclos, mostrando os desafios ainda maiores para os estudantes que terão que adentrar no mercado de trabalho com índice maior de desemprego e buscar vagas nas universidades, que já é grande desafio para estudantes de escolas públicas.

Analisando o gráfico referente a esse ciclo temos

Gráfico 7



FONTE: Dados coletados pela secretaria da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro.

O número dos considerados “nem-nem”, sobe de maneira significativa, demonstrando que essa geração traria uma problemática social a ser resolvida, pois se o número de jovens que saem com um nível médio e técnico das escolas profissionais não consegue ocupar esses espaços, tendo um nível escolar maior, essa problemática se agrava ao juntarem àqueles que acabam por desistir de estudar e ir à busca de resolver o seu problema de imediato, por conta do baixo nível socioeconômico da família, ou por se tornarem provedores mais cedo de um ambiente familiar, através da maternidade e a paternidade.

Vale salientar também que a gravidez ou cuidado com a criança, e afazeres domésticos, são os motivos relevantes para jovens do sexo feminino que não mais frequentarem a escola. Neste caso, a maternidade/paternidade precoce ainda na idade escolar pode contribuir diretamente para o abandono escolar reforçando ainda mais o fenômeno Nem-Nem. Ademais, a falta de vagas na escola ou a falta de escola na localidade não são motivos frequentemente reportados por jovens fora da escola. Isso implica dizer que o acesso à escola ou educação não é uma barreira aos jovens. (CEARÁ, 2018, p. 12)

Levando em consideração a realidade dos estudantes da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, percebemos que o número de jovens que não estudam e não trabalham, dobraram comparando os dois ciclos. Mesmo os estudantes que são representados no primeiro ciclo tenham tido um tempo maior na busca por emprego, ou na inserção em alguma universidade, com aumento do desemprego, essa realidade pode agravar ainda mais, já que não houveram ofertas para estas demandas.

Propostas de ações que visem incluir socialmente e economicamente essa população seguem como urgentes. Por isso, a escola é um canal de diálogo para discutir sobre essas necessidades e promover políticas que possam atingir esse grupo. É preciso que se amplie e se dê condições de preparar esses jovens para o que está por vir, tirando a carga somente dos professores da educação formal e fazendo trabalhos com outros profissionais que possam auxiliar nesse processo.

Essas políticas devem visar à permanência dos estudantes nas escolas, pois se torna complicado desenvolver políticas com um grupo que não se consegue localizar, já que não estão nos espaços formais, e isso afeta diretamente o alunado da periferia, onde acaba por influenciar no estímulo à violência e criminalidade. Com isso, se coloca em cheque o que deve ser assegurada pelo Estado, uma condição de vida digna, pois se destrói todo um projeto de vida que fora traçado.

5. CONSTRUÇÃO DO PRODUTO FINAL.

Como o trabalho traz como característica levantar uma discussão direcionada ao ambiente escolar, o produto final é pensado para conduzir essa discussão e convidar os espaços educacionais a reflexão sobre essa geração que nasce dentro das escolas, mas que ainda não existem políticas voltadas a fortalecer a permanência do jovem como combate direto a chamada *Geração Nem-Nem*.

As escolas já debatem junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará sobre evasão e abandono escolar, porém nunca relacionou essa problemática as implicações para os jovens que acabam perdendo o interesse e adentrando em espaços cada vez mais marginalizados, sendo que as políticas de permanência na escola ajudarão na diminuição da juventude nem-nem.

A proposta do produto é alertar sobre essa geração, como ela se constitui, quais os principais fatores motivadores ao aumento dessa geração, dar conhecimento que escola é um espaço que influencia no aumento dessa geração e que as escolas devem estar cientes que as políticas públicas voltadas para o combate aos “nem-nem”, terão como um dos meios às instituições públicas do nosso Estado.

O produto consiste em uma “Cartilha Informativa”. O objetivo é sistematizar as informações registradas sobre a geração nem-nem que implicam nos ambientes escolares e que possibilitam uma tempestade de ideias para refletir sobre a realidade de permanência dos estudantes no ambiente escolar.

A cartilha foi pensada como uma forma direta e interativa para chamar a atenção para uma discussão que será cada vez mais comum diante dos aspectos apresentados na relação educação e trabalho. Nessa cartilha serão expostos pontos em que a expectativa é levar ao fortalecimento da cultura do diálogo, influenciando em ações que possibilitem perceber o aluno ou aluna que será uma possível jovem a sofrer com as implicações dessa geração.

As informações contidas no produto serão de acordo com os dados apresentados por pesquisas a nível nacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), estadual (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE) e no contexto local em que a pesquisa foi desenvolvida para a construção desse trabalho. O material que irá compor a cartilha estará em anexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados na construção de uma educação de qualidade perpassam pelas políticas de investimento e o combate às desigualdades sociais. O Brasil tem enfrentado ataques à educação em sua totalidade, onde os mais prejudicados são as populações de menor renda, com o aumento a vulnerabilidade e a dificuldade de acessar espaços educacionais.

Com isso, as discussões se encaminham para como conter o aumento de jovens que não se interessam pela formação educacional e que também não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Essas implicações aproximam cada vez mais a necessidade de estabelecer estratégias que unam as políticas públicas para as juventudes e seus reflexos nos ambientes escolares.

Diminuir o índice de abandono nas escolas e encaminhar esses jovens a universidade se torna cada vez mais difícil, como também acabam por refletir nos altos índices de jovens que chegam à vida adulta sem uma estabilidade no mercado de trabalho e sendo afetados pela baixa oferta de emprego atrelado ao baixo nível de escolaridade alimentando o alto índice de desempregados no país.

Na compreensão do estudo realizado, o número de estudantes que concluíram o ensino médio no ano de 2018 na EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro aumentou, porém isso não garante a continuação da vida educacional. Do ponto de vista da #ChegueiEnsinoMédio, a proposta de aumentar o número de jovens que terminam o ensino médio, acaba se cumprindo na escola analisada, porém quando comparada ao índice de jovens que fazem parte da *Geração Nem-Nem*, reflete a realidade do estado, que é o aumento significativo e a necessidade de fazer essas discussões na escola, para que se possa entender o que leva os estudantes a desistirem de estudar e a não buscar o mercado de trabalho.

O fenômeno descrito como *Geração Nem-Nem* ao longo do trabalho que se faz presente cada vez mais forte na realidade dos nossos jovens que ainda estão na escola, contribui para a permanência da desigualdade que é passada em uma situação geracional. A maioria desses jovens pertence a famílias de baixa renda, o que implica em algo que é passado de geração em geração.

Outra questão levantada pelo IPECE é a ligação direta com o aumento da criminalidade e a violência, que afeta a periferia, onde a juventude em sua maioria é pobre e de etnia negra, que acaba cada vez mais vulneráveis a atividades ilegais, como o tráfico de drogas e outras atividades ligadas ao crime organizado.

Os jovens estão cada vez mais cedo submergindo na condição de nem-nem. Isso implica na não participação no mercado de trabalho e na falta de capital humano que afeta diretamente na produção de riqueza. Como também em não saber onde esses jovens estão, já que não estão nem nos ambientes educacionais e nem no mercado de trabalho, se torna um fator de alerta para que o estado crie estratégias para conter essa problemática.

Para tanto, é necessário políticas públicas que favoreçam cada vez mais a permanência do jovem na escola, como também a inserção na universidade que possibilita a diminuição dos jovens nas condições de nem-nem. A defesa da formação do capital humano e processo de inserção do jovem no mercado de trabalho devem estar atrelados ao aumento de sua capacidade de conhecimento, como também, da sua própria experiência quanto ao mercado do trabalho, levando em consideração a realidade das juventudes e suas implicações.

Por fim, a consolidação desse processo de permanência do jovem nos ciclos escolares e na inserção do mercado de trabalho devem fazer parte de um projeto que percebam as implicações dessas juventudes. Porém, enquanto forem negligenciadas as situações vivenciadas por essa geração, a tendência é o aumento do desinteresse desses jovens, impactando na educação e na economia do país.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel; LEON, Oscar Dávila. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. In: FREITAS, Maria Virginia de. (org). Ação Educativa, São Paulo-SP, 2005.

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped, n. 5-6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

_____. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virginia de. (org). Ação Educativa, São Paulo-SP, 2005.

AMORIM, Mário Lopes. O plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica: persistência da dualidade estrutural?. In: FAGUNDES, Edson. LUZ, Nanci Stancki da (ORG). **Universidade tecnológica, política educacional e organização dos trabalhadores**. Curitiba: SINDUTF-PR, 2009.

BARBERÍA, José Luis. **Geração "nem-nem": nem estuda nem trabalha**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/06/29/ult105u8317.jhtm>. Acesso em: 10 de março de 2017.

BENFATTI, Xênia Diógenes; LEITINHO, Meirecele Calíope. **Que tal começarmos pela avaliação? Uma proposta de avaliação para os currículos do ensino médio integrado**. In: HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; LEITINHO, Meirecele Calíope; CUNHA, Gregório Maranguape da. (org). A avaliação curricular iluminando os caminhos da educação profissional. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

BRAGA, Lucas. **No Ceará, 118 mil crianças e adolescentes estão fora da escola**. O POVO. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/no-ceara-118-mil-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola.html>> acesso em: março 2018.

BRASIL. CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em 27.04.2019

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 30 de março de 2018.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 7 de abril de 2019.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/no-ceara-118-mil-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola.html>> Acesso em: 30 de março de 2018.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

CEARÁ. **Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e de outras providências.** Lei nº 14.273 de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14273.htm>> Acesso em: 31 de março de 2018.

CEARÁ. **Secretaria de Educação do Estado do Ceará.** Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/component/content/article/19256-governador-lanca-chegueiensinomedio-para-incentivar-e-preparar-alunos-da-rede-publica-estadual-que-saem-do-ensino-fundamental> . Acesso em: 03/03/2017

_____. **Secretaria de Educação do Estado do Ceará.** Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/2018/03/20/ensino-profissional-no-ceara-em-10-anos-numero-de-alunos-passa-de-4-mil-para-mais-de-52-mil-jovens/>. Acesso em: 22/03/2018

_____. **IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) /** Fortaleza ☐ Ceará: Ipece, 2018.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005.

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana Batista. **Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no Ensino médio.** In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FRANZOI, Naira Lisboa. Juventude, trabalho e educação: crônica de uma relação infeliz em quatro atos. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (org). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 7 ED. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 11 ED. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com universalização da educação básica.** Educ. Soc. Campinas. Vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em: 13/03/2019.

GENTILI, Pablo; FRIGOTO, Gaudêncio (orgs.). **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 4. ed. – São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2008.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> acesso em: março 2018.

LEON, Oscar Dávila. **Adolescência e juventude: das noções às abordagens**. In: FREITAS, Maria Virginia de. (org). Ação Educativa, São Paulo-SP, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. **REFLEXIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro?** In Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito/ Selma Garrido Pimenta, Evandro Ghedin (orgs.) – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Recompondo memórias da educação**. Fortaleza: Gráfica do CEFET, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira - Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. (p. 33-76)

MANNHEIM, K. **O problema sociológico das gerações**. In. FORACCHI, M. A. (Org.). Mannheim, grandes cientistas sociais. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) (1998). Pierre Bourdieu. **Escritos em Educação**. Petrópolis: Vozes.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – alguns atributos**. Análise social. Vol. XXV (105-106) 1990 (1º, 2º), 139 – 165.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. **Em cada sala um altar, em cada quintal uma oficina: o tradicional e o novo na educação tecnológica no Cariri Cearense**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA C. D. e GUINDANI J. F.. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul. 2009. 15 p.

SANTOS, Deribaldo. **Os cem anos do CEFET/CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

_____. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; REIS, Rosimeire. **Ensino médio em reformas: trabalho, políticas, cotidiano**. 1 , ed. – Curitiba, PR: CRV 2012.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola.** Brasília: Liber Livro, 2009.

ANEXOS

ILUSTRAÇÕES FEITAS POR ESTUDANTES QUE ESTARÃO NO PRODUTO FINAL.



Autor: LUIS MIGUEL VIEIRA SANTOS – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro



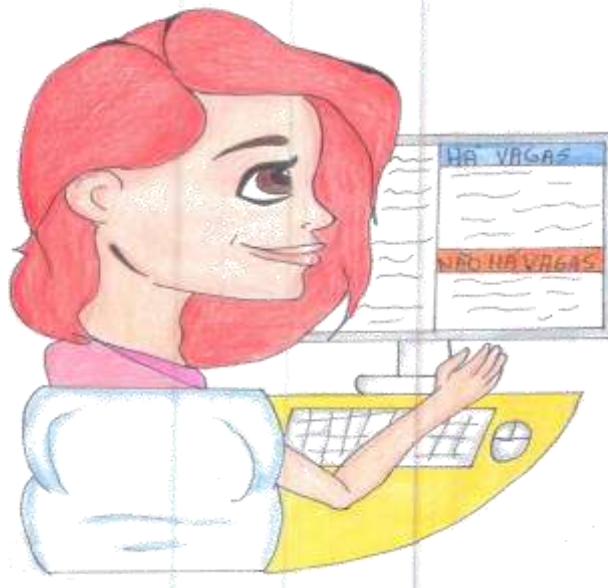
Autor: LUIS MIGUEL VIEIRA SANTOS – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro



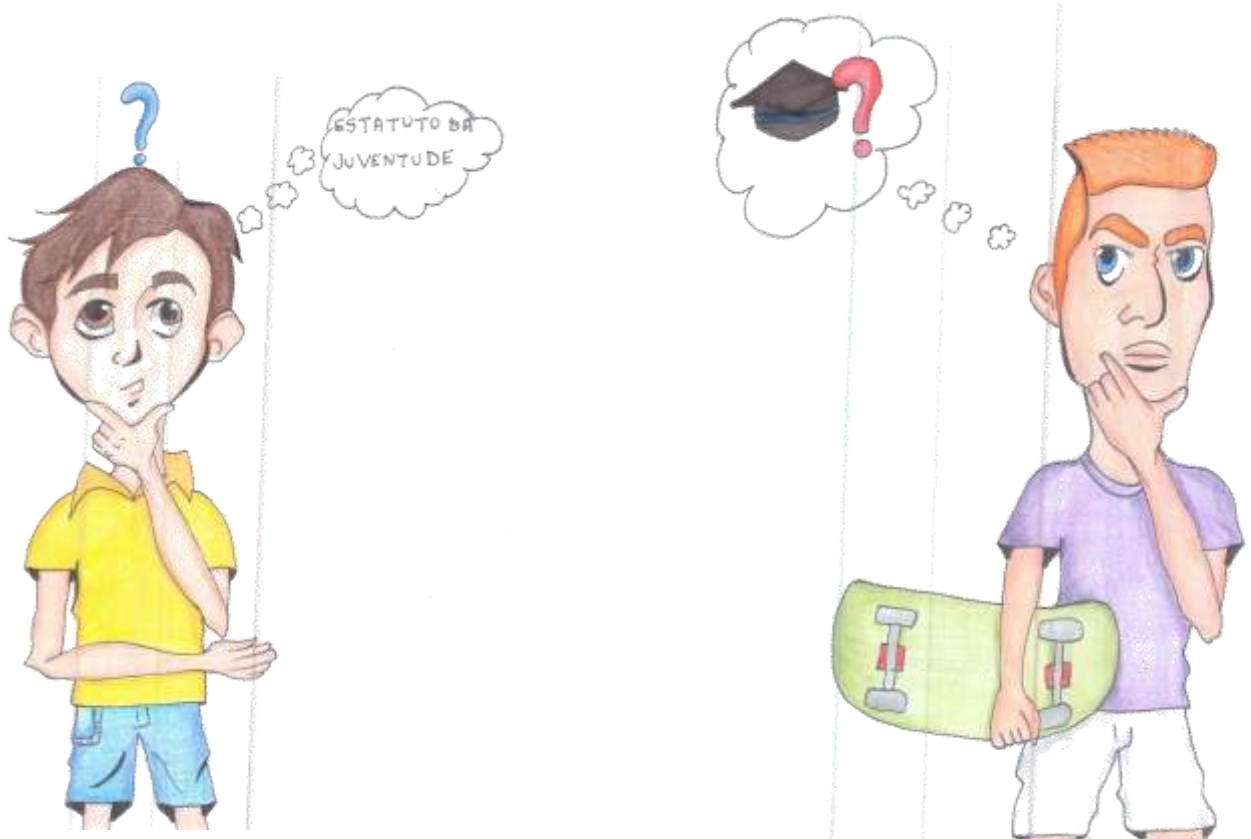
Autor: LUIS MIGUEL VIEIRA SANTOS – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro



Autor: LUIS MIGUEL VIEIRA SANTOS – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro



Autor: LUIS MIGUEL VIEIRA SANTOS – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro



Autor: LUIS MIGUEL VIEIRA SANTOS – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro





Autora: JOYCE KELLY DE ALMEIDA MENDES – Estudante do Curso de Edificações
Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO - PMPEDU



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o aluno **Leilson Barros Oliveira**, regularmente matriculado nº 2017220004-0 defendeu a dissertação intitulada: **#ChegueiEnsinoMédio: EDUCAÇÃO E TRABALHO, DESAFIOS DE UMA AÇÃO DE INTEGRAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES DA GERAÇÃO NEM-NEM (2017-2018)**, no dia 05/07/2019.

BANCA EXAMINADORA
Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA) orientadora/Presidenta Profa. Dra. Maria Dulcinea da Silva Loureiro (URCA) – Membro interno Prof. Dr. Emerson Ribeiro (URCA) – Membro interno Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos (UECE) – Membro Externo

Crato/CE, 05 de junho de 2019.

Coordenação do Mestrado Profissional em Educação